

B O L E T I M

MUNICIPAL

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1032

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão de 26 de novembro de 2013):

- **Voto de Saudação n.º 14/2013 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP)** - «Dia Internacional pela Erradicação da Violência» [pág. 2138 (267)].
- **Voto de Congratulação n.º 4/2013 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD)** - «SRU Ocidental» [pág. 2138 (267)].
- **Moção n.º 45/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD)** - «Junta Metropolitana» [pág. 2138 (267)].
- **Moção n.º 46/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP)** - «Rejeitar o Orçamento do Estado para 2014 é um Imperativo Patriótico» [pág. 2138 (268)].
- **Moção n.º 47/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP)** - «Pela Reabilitação Urgente do Liceu Camões» [pág. 2138 (269)].
- **Moção n.º 48/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Boco de Esquerda)** - «Discussão Pública sobre o Projeto para a Colina de Santana» [pág. 2138 (269)].
- **Moção n.º 49/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda)** - «Pela Reconversão do Hospital Militar de Belém ao serviço da população da Ajuda» [pág. 2138 (270)].
- **Moção n.º 50/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda)** - «Transportes» [pág. 2138 (270)].
- **Moção n.º 51/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda)** - «Posto Móvel para Esterilizações e Tratamentos» [pág. 2138 (271)].
- **Moção n.º 52/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda)** - «Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local» [pág. 2138 (272)].

-Moção n.º 53/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) - «Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres» [pág. 2138 (273)].

-Moção n.º 54/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) - «Taxa Municipal de Direitos de Passagem deve ser paga pelas empresas e não pelos consumidores» [pág. 2138 (273)].

-Moção n.º 55/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV) - «Contra a Destruição dos Serviços Públicos» [pág. 2138 (273)].

-Moção n.º 56/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV) - «19.ª Conferência das Partes (COP 19) - A urgência do combate às Alterações Climáticas» [pág. 2138 (274)].

-Recomendação n.º 43/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) - «Provedor dos Bairros Históricos» [pág. 2138 (275)].

-Recomendação n.º 44/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) - «Criação de um Gabinete de Apoio à Proteção dos Idosos Vítimas de Violência» [pág. 2138 (275)].

-Recomendação n.º 45/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) - «Semáforos avariados em Lisboa» [pág. 2138 (276)].

-Recomendação n.º 46/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PPD/PSD) - «MUDE» [pág. 2138 (276)].

-Recomendação n.º 47/2013 (Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV) - «Instituição do Dia Mundial do Bombeiro» [pág. 2138 (269)].

-Recomendação n.º 48/2013 (Subscrita pelos Grupos Municipais do PS e MPT) - «Para a Preservação da Calçada à Portuguesa na Cidade de Lisboa» [pág. 2138 (277)].

-Proposta n.º 814/2013 (Deliberação n.º 90/AML/2013) - «Apreciar a autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, com efeitos a 24 de outubro de 2013, nos termos da proposta [pág. 2138 (277)].

-Proposta n.º 820/2013 (Deliberação n.º 91/AML/2013) - «Apreciar a Proposta n.º 656/2013, reenviada pela Proposta n.º 820/2013 para a AML, para «isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa) às entidades que beneficiem da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública e de publicidade, nos anos de 2013 e 2014, nos termos da proposta [pág. 2138 (278)].

-Proposta n.º 820-A/2013 (Deliberação n.º 92/AML/2013) - «Apreciar a autorização para assunção dos compromissos plurianuais previstos na alínea e) da Proposta n.º 779/2013, reenviada pela Proposta n.º 820-A/2013, e relativa às «propostas contidas no Relatório Final e adjudicar o Concurso Público Internacional para fornecimento de energia elétrica em MT - Média Tensão, BTE - Baixa Tensão especial e BTN - Baixa Tensão Normal para o Município de Lisboa» - (Processo n.º 26/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta [pág. 2138 (281)].

-Proposta n.º 822/2013 (Deliberação n.º 93/AML/2013) - «Apreciar a autorização para assunção dos compromissos plurianuais previstos no ponto 5 relativos ao «Concurso Público, com Publicidade Internacional, para aquisição de serviços de limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais» - (Processo 31/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta [pág. 2138 (297)].

-Proposta n.º 823/2013 (Deliberação n.º 94/AML/2013) - «Apreciar a autorização para assunção dos compromissos plurianuais previstos na alínea d) relativos ao «Concurso Público, com Publicidade Internacional, para aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para as instalações do Município de Lisboa» - (Processo 34/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta [pág. 2138 (306)].

-Proposta n.º 23/AM/2013 (Deliberação n.º 95/AML/2013 - Subscrita pela Sr.ª Presidente da AML Helena Roseta) - Proposta da Mesa para alteração da grelha de tempos do PAOD [pág. 2138 (350)].

-Proposta n.º 24/AM/2013 (Deliberação n.º 96/AML/2013 - Subscrita pela Mesa da Assembleia Municipal) - Eleição de representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar o Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania (CMIC) [pág. 2138 (351)].

-Proposta n.º 25/AM/2013 (Deliberação n.º 97/AML/2013 - Subscrita pela Sr.ª Presidente da AML Helena Roseta) - Proposta de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal para o Mandato 2013-2017 [pág. 2138 (351)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão de 26 de novembro de 2013

- *Voto de Saudação n.º 14/AML/2013* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP:

Dia Internacional pela Erradicação da Violência sobre as Mulheres

Assinalou-se ontem, 25 de novembro, o Dia Internacional pela Erradicação da Violência sobre as Mulheres cuja origem é a luta das mulheres, a luta pela sua emancipação mas também pela emancipação do povo trabalhador.

A 25 de novembro de 1960, Patria, Minerva e Maria Teresa Mirabal são brutalmente assassinadas. Conhecidas como «As Borboletas» organizaram a resistência e a luta armada na República Dominicana contra Rafael Leonidas Trujillo Molina, no poder desde 1930, fervoroso líder anticomunista apoiado pelos EUA e pela CIA. A opressão exercida sobre o povo trabalhador levou à insurreição destas mulheres em defesa da libertação do capital, originando que na história mundial este dia fosse assinalado.

Hoje vivemos dos tempos mais violentos contra as mulheres. No trabalho, na sociedade, na vida.

Elas continuam a ser penalizadas, recebendo menos 20 % para trabalho igual;

Elas continuam a ser as mais qualificadas e a ocupar os postos de trabalho com menos qualificações;

Elas continuam a não articular o tempo de trabalho com o tempo de não trabalho, hipotecando a sua participação política e social;

Elas continuam a ser exploradas na prostituição e a ser a maioria das vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual;

Elas continuam a morrer vítimas de violência doméstica sem o devido apoio do Estado.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal, na sua Reunião Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere saudar as mulheres e as suas organizações sindicais e sociais na sua luta pela igualdade e pela emancipação económica e social de todas as mulheres e da classe trabalhadora.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, PAN e 5 Independentes) e abstenções (CDS/PP, MPT e PNPN).]

- *Voto de Congratulação n.º 4/AML/2013* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD:

SRU Ocidental

A Reabilitação Urbana representa para uma Cidade como Lisboa uma necessidade permanente, de forma a evitar a degradação do edificado a níveis indesejáveis.

A atual situação económica e a exagerada oferta de novas construções que se verificou no princípio deste século, quer na habitação, quer de espaços comerciais e de serviços, provocou uma maior incidência dos investimentos na reabilitação urbana, tendo nos últimos anos sido apresentados muitos mais projetos de reabilitação do que de construção nova.

Das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRUs), criadas em Lisboa, só uma subsistiu, tendo a SRU Oriental e da Baixa Chiado sido extintas.

Mesmo a EPUL a quem de alguma forma foram atribuídas competências nesta área, não conseguiu dar resposta cabal em custos, celeridade e qualidade que fosse compatível com os meios disponíveis.

Mesmo neste contexto a SRU Ocidental tem sido um exemplo notável de intervenção na área de reabilitação urbana nas freguesias de Belém, Alcântara e Ajuda, sendo visível a qualidade dos projetos, a cooperação entre os investidores e os baixos custos administrativos que tem despendido.

Pelo exposto, o PSD propõe que Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 26 de novembro de 2013, aprove louvar a ação da SRU Ocidental e dos seus dirigentes, incentivando-os que continuem o seu trabalho na Reabilitação do espaço Urbano e do edificado nas freguesias Ocidentais de Lisboa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PNPN e 5 Independentes), votos contra (PCP e PEV) e abstenções (Bloco de Esquerda, CDS/PP, MPT e PAN).]

- *Moção n.º 45/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Junta Metropolitana

A Junta Metropolitana de Lisboa e a Assembleia Metropolitana, são os órgãos autárquicos que representam os 18 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, e ao longo da sua existência pouco ou nada têm contribuído para a coordenação das atividades autárquicas dos vários concelhos, ou para o desenvolvimento integrado de toda a região, ou ainda para a coordenação e interligação dos Planos Diretores Municipais, nem sequer para uniformização de serviços e custos dos transportes e fornecimento de água, enfim estes órgãos metropolitanos, com especial incidência na Assembleia Metropolitana têm sido fóruns de debate político Inconsequentes, sem objetivos e sem resultados.

Uma das razões para esta situação tem a ver com os quase nulos poderes atribuídos aos próprios órgãos e ainda porque lhes falta a eleição direta através do voto.

Integrando esta Área Metropolitana a capital do país e representando Lisboa inquestionavelmente em termos Nacionais e Internacionais o seu concelho mais representativo, a Área Metropolitana de Lisboa beneficia com a eleição de Lisboa para Presidência da Área Metropolitana.

Tal não tinha acontecido até ao atual mandato, onde foi eleito o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, embora com um protesto veemente do Partido Comunista Português.

Não querendo entrar nos meandros interpretativos da lei que regula estas situações, entendemos que é benéfico para a capacidade de intervenção e até de reivindicação da Junta Metropolitana o ser presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, independentemente de quem seja e do partido que represente.

Se isto é verdade não podemos esquecer a grande representação do Partido Comunista Português no conjunto da AML e a absoluta necessidade do seu contributo.

Neste sentido deverá o mais rapidamente possível encontrarem-se formas da cooperação de todos os municípios a todos os níveis da ação da Junta Metropolitana de Lisboa e da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 26 de novembro de 2013, delibera:

-Apelar a um consenso efetivo entre todos os partidos representados na Área Metropolitana de Lisboa e à sua cooperação institucional e prática, de forma a melhorar as condições de vida dos seus habitantes, valorizar a economia da região, defender o seu ambiente, em suma dar à Área Metropolitana de Lisboa a representatividade que ela verdadeiramente tem, no contexto Nacional e Internacional.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD e PNPN), votos contra (PCP e PEV) e abstenções (Bloco de Esquerda, CDS/PP, MPT, PAN e 5 Independentes).]

- Moção n.º 46/AML/2013 - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Rejeitar o Orçamento do Estado para 2014 é um Imperativo Patriótico

Considerando que:

- O Orçamento do Estado para 2014 aprofunda e aumenta drasticamente as desigualdades sociais existentes em Portugal e compromete a recuperação económica, o crescimento e o desenvolvimento do país;

- O Orçamento do Estado para 2014 favorece claramente os grandes grupos económicos em centenas de milhões de euros, através, entre outras, da designada reforma do IRC e de regimes fiscais privilegiados;

- O Orçamento do Estado para 2014 reduz o valor do fator trabalho e das pensões, impondo novos cortes, incluindo a eliminação de prestações sociais e mantendo a esmagadora carga fiscal sobre o trabalho;

- O Orçamento do Estado para 2014 intensifica o ataque aos trabalhadores da Administração Pública, quer através de políticas de despedimentos quer na redução de salários;

- O Orçamento do Estado agrava a linha de ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública e aos Serviços Sociais;

- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014, reduz em 848 milhões de euros o montante destinado à saúde e em 570 milhões de euros o montante destinado à educação, ao mesmo tempo que implementa medidas de favorecimento do ensino privado;

- O governo, através do Orçamento do Estado para 2014 recua no que respeita ao desenvolvimento de infraestruturas, pretendendo cortar mais de mil milhões de euros no investimento público, o que terá consequências imediatas na degradação dos serviços prestados às populações;

- O Orçamento do Estado para 2014 reconhece ele próprio que com as políticas que aplica trará maior número de falências de pequenas e médias empresas;

- O governo reconhece através do seu próprio Orçamento do Estado para 2014 que, em consequência da política que aplica, o desemprego continuará a aumentar, atingindo nessas suas previsões 17,7 %;

- Com o Orçamento do Estado para 2014 os trabalhadores portugueses pagarão por via do IRS, o triplo do que pagam as empresas por via do IRC;

- Desde 2010, a despesa com os juros da dívida, apesar dos cortes drásticos efetuados desde então para cá, passou de 4800 milhões de euros para 7300 milhões de euros, representando hoje a dívida portuguesa 130% do PIB, ou seja, mais de 200 000 milhões de euros em 2014;

- O Orçamento do Estado para 2014, afetarà também a capacidade de intervenção dos municípios;

- O governo com esta proposta de OE pretende afrontar o Tribunal Constitucional, pondo em causa a democracia.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere:

- 1 - Reconhecer que a renegociação da dívida é assunto atual, merecedor de toda a atenção da agenda política portuguesa e uma necessidade que se vai impondo a cada dia que passa;
- 2 - Manifestar a sua preocupação pelo conjunto de inconstitucionalidades de que poderão vir a confirmar-se em relação ao Orçamento do Estado para 2014;
- 3 - Reafirmar que existem políticas alternativas àquelas que o governo insiste em prosseguir e que, não só não sacrificariam os trabalhadores, como permitiriam melhores condições para a recuperação, crescimento e desenvolvimento da economia nacional;

4 - Manifestar a sua solidariedade e apoio aos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa, nas suas lutas em defesa dos seus direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa;

5 - Saudar a jornada de luta que trabalhadores, estudantes, desempregados, reformados, pensionistas e todos os cidadãos lesados pelas políticas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, realizam hoje, manifestando-se também em Lisboa junto ao Parlamento, no próprio dia em que se vota o OE/ /2014 na Assembleia da República;

6 - Remeter a presente Moção para:

- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Grupos parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV;
- Primeiro-ministro;
- Ministra das Finanças.

7 - Redação da Agência de Notícias de Portugal - LUSA.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1* - Rejeitado, com votos contra (PS, PPD/PSD e CDS/PP), votos a favor (PCP, Bloco de Esquerda, PEV, PAN e 5 Independentes) e abstenções (MPT, PNPN e 2 Deputados Municipais do PS); *Pontos 2 a 7* - Aprovados por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, PAN e 5 Independentes), votos contra (PPD/PSD, CDS/PP e PNPN) e abstenções (MPT).]

- Moção n.º 47/AML/2013 - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Pela reabilitação urgente do Liceu Camões

Considerando que:

O Liceu Camões, inaugurado há mais de 100 anos, classificado como monumento de interesse público e onde estudam 1700 alunos do 10.º ao 12.º ano, incluindo ensino noturno e cursos profissionais, atingiu um estado de degradação que põe em risco a segurança e a saúde pública de quem o frequenta, como atestam o relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a vistoria realizada pela Câmara Municipal de Lisboa;

O início das obras de requalificação da Escola Secundária de Camões, a cargo da Parque Escolar, que esteve marcado para agosto de 2011 foi suspenso sem que fosse avançada qualquer previsão de uma nova data;

Nos anos de 2012 e 2013, não foram criadas, pelo governo, as condições necessárias para esta requalificação;

Apesar de ter sido aprovada em reunião de Câmara, no passado mês de julho (com os votos contra do PSD e do CDS-PP), uma Moção em que manifestava ao Governo «o profundo desacordo quanto à política de abandono a que votou as instalações da Escola Secundária de Camões, bem como a grande preocupação quanto à segurança dos seus utilizadores e à qualidade do ensino resultante da degradação física das instalações», dos esforços desenvolvidos pela direção

da Escola, junto do Ministro da Educação na busca de soluções e da intervenção de ex-alunos e alunos e famílias na defesa deste estabelecimento de ensino, nem a Parque Escolar nem o governo preveem nos seus orçamentos para 2014 qualquer intervenção na Escola Secundária de Camões;

O Ministro da Educação e o governo não têm demonstrado a sensibilidade necessária aos apelos de instituições e sociedade civil para que não se fechem as portas do Liceu Camões;

O governo, ao aparentar reforçar o financiamento ao ensino privado, no OE para 2014, em detrimento da escola pública lança dúvidas sobre quais são as suas verdadeiras opções e prioridades para a educação em Portugal.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de novembro de 2013, delibere:

- 1 - Recomendar ao governo que assuma a sua responsabilidade, priorizando a reabilitação das escolas públicas em estado de degradação avançado, como é o caso da Escola Secundária de Camões;
- 2 - Solidarizar-se com a direção, professores, trabalhadores não docentes, alunos, famílias da Escola Secundária de Camões e iniciativas que venham a ser desenvolvidas com vista à exigência da sua reabilitação;
- 3 - Enviar esta Moção para:

- Direção da Escola Secundária de Camões;
- Associação de Estudantes do Liceu Camões;
- FENPROF;
- Presidente da Assembleia da República;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Primeiro-ministro;
- Ministro da Educação e Ciência;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, MPT, PAN, PNPN e 5 Independentes) e abstenções (CDS/PP).]

- Moção n.º 48/AML/2013 - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Discussão Pública sobre Projeto para a Colina de Santana

Considerando que:

1 - O projeto de loteamento dos hospitais da Colina de Santana (hospitais de S. José, Santa Marta, Capuchos e Miguel Bombarda) é uma intervenção urbanística de grande escala e que envolve uma área de grande dimensão no centro de Lisboa;

2 - A CML determinou proceder à publicitação pública do pedido de informação prévia da Estamo entre os dias 1 e 31 de julho de 2013 «considerando a importância e o excecional interesse destes projetos» e que posteriormente, «face ao interesse que têm despoletado junto da população» decidiu realizar uma 2.ª fase de debate;

3 - O resultado da primeira fase de consulta terminada a 31 de julho não foi divulgado publicamente pela CML;

4 - A discussão deste projeto de loteamento gerou uma forte mobilização de cidadãos, onde se incluem, médicos e funcionários dos hospitais, moradores das zonas afetadas, doentes e historiadores, que em conjunto com diversas associações recolheram milhares de assinaturas, manifestando a sua oposição ao projeto;

5 - Foi tornada pública a intenção da AML de promover cinco sessões, entre dezembro e fevereiro, de discussão pública sobre o impacto desta proposta de loteamento, sendo estas sessões moderadas por deputados municipais;

6 - Esta 2.^a fase de consulta pública deve garantir a máxima abertura, participação e envolvimento de cidadãos e a entidades, invertendo a forma limitada e marginal à participação democrática que tem orientado este processo.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere:

1 - Alargar à participação de cidadãos e associações, interessados e intervenientes neste processo, a organização das sessões públicas sobre o projeto de licenciamento da Colina de Santana, recolhendo contributos de forma a garantir uma consulta mais participada e democrática.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, Bloco de Esquerda, CDS/PP, MPT, PAN, PNP e 5 Independentes) e abstenções (PCP e PEV).]

- *Moção n.º 49/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Pela reconversão do Hospital Militar de Belém ao serviço da população da Ajuda

Considerando que:

1 - O HMB está instalado no Convento dos Agostinhos Descalços de Nossa Senhora da Boa-Hora de Belém do Sítio d'Ajuda, edificado após o terramoto de 1755;

2 - Em 1972 foi inaugurado nos terrenos anexos um novo Edifício Hospitalar com capacidade para 250 camas, que veio substituir as velhas enfermarias instaladas no edifício conventual;

3 - O Hospital Militar de Belém (HMB) localizado no Largo da Boa-Hora, na Ajuda, foi desativado enquanto infraestrutura de saúde em 2013;

4 - Quando encerrou, o HMB dispunha de 95 camas, 11 gabinetes de consulta externa, equipamentos de endoscopia e imagiologia, serviços de reabilitação cardíaca, serviços de reabilitação respiratória, serviços farmacêuticos e laboratório de patologia clínica;

5 - As instalações do HMB constituem um valioso património arquitetónico, histórico, científico e cultural que se encontra na posse do Estado;

6 - A zona da freguesia da Ajuda é deficitária em alguns equipamentos sociais, nomeadamente em espaços dedicados à terceira idade, infância e saúde;

7 - O centro de saúde está a funcionar num conjunto de edifícios originalmente destinado a habitação, cujas deficiências de funcionamento são conhecidas;

8 - A zona da cidade em causa beneficiaria com a disponibilização de um edifício onde se pudessem instalar um conjunto de equipamentos destinados ao lazer, desporto, educação, cultura e saúde;

9 - Um edifício como o do HMB teria condições para acomodar vários equipamentos como uma creche e ATL, o centro de saúde, unidade de cuidados continuados e paliativos, casa de repouso e centro de dia;

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere:

- Instar a Câmara Municipal de Lisboa a encetar um processo de negociação com Governo com o objetivo de assumir a utilização do edifício do HMB para instalação de equipamentos sociais para usufruto da população.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, MPT e 5 Independentes), votos contra (PPD/PSD) e abstenções (CDS/PP, PAN e PNP).]

- *Moção n.º 50/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

A cidade de Lisboa sofre ainda hoje as consequências de uma longa história de desinvestimento e ausência de coordenação das políticas de transporte público em escala metropolitana. É certo que ao longo da última década foram feitos esforços e investimentos importantes, que permitiram sustentar o crescimento do número de passageiros na primeira década do século XXI, e é também perceptível que essas políticas tiveram efeitos benéficos desde logo para cidadãos e para vivência urbana dos lisboetas.

Contudo, nos últimos dois anos foi lançada pelo Governo uma política de ataque e desmantelamento da oferta pública de transporte coletivo que mostra hoje os seus efeitos: entre 2010 e 2012, o Metro de Lisboa perdeu 28,700 milhões de passageiros, e a Carris perdeu 58,500 milhões. Neste mesmo período, se somarmos as perdas da CP Lisboa das suas linhas suburbanas da AML, e as perdas da Transtejo - em dois anos a AML perdeu quase 100 milhões de passageiros de transportes públicos coletivos.

As causas são identificáveis: redução de oferta na Carris (com sucessivas supressões de linhas e encurtamento dos horários e espaçamento da periodicidade); deterioração da qualidade oferecida (aumento dos tempos de espera e redução do número de carruagens no Metro); e, a implementação de uma política tarifária de aumentos brutais dos preços. De facto, em apenas dois anos e num contexto de crise social profunda, o passe mensal teve um aumento

de 25 %; a tarifa de bordo teve um aumento na ordem dos 70 %; e foram eliminados os passes de estudantes e idosos, o que significou aumento de 200 % para estes grupos mais vulneráveis e mais dependentes da oferta pública de transportes.

Não há memória de um ataque tão profundo aos transportes públicos coletivos - e não há memória de uma queda tão abrupta no número de passageiros.

As populações, mas também Lisboa no seu todo são as principais vítimas. A cidade fica congestionada e poluída pelo acréscimo de carros particulares das famílias que abandonam os transportes públicos; a cidade perde os visitantes dos concelhos limítrofes que vinham usufruir das ofertas culturais e comerciais de Lisboa; os grupos mais vulneráveis (idosos, jovens, desempregados) veem a sua mobilidade reduzida. Ora, o contexto de redução de rendimentos da esmagadora maioria das famílias aconselhava uma política inversa - a promoção de transportes públicos acessíveis em qualidade da oferta e tarifas, que incentivasse um novo paradigma de mobilidade sustentável em escala metropolitana, e onde, é sabido, os transportes públicos coletivos são o fator determinante.

O governo da cidade não pode ficar parado sobre o que está a acontecer. Nos últimos anos, a CML limitou-se a implementar uma política de desincentivo ao automóvel exclusivamente baseado no preço do estacionamento na cidade, que atingem com valores significativos face aos rendimentos médios dos trabalhadores da AML. Sem articulação com uma política de transportes públicos atrativa, esta linha de atuação apenas teve como efeito limitar a mobilidade de quem tem mais dificuldades financeiras (quem tem altos rendimentos pode estacionar sempre no centro), e criar zonas de estacionamento selvagem nas zonas não cobertas pela EMEL.

Durante a recente campanha eleitoral, o atual executivo propôs no seu programa uma «reforma do sistema de transportes», numa «ótica municipal e metropolitana», tendo em conta o «respeito pelas atribuições e competências dos municípios». Na situação de retração brutal do uso dos transportes públicos em Lisboa, esta formulação é claramente insuficiente. A ameaça do atual Governo de concessão a privados de linhas de transportes públicos é uma ameaça de maior confusão na articulação entre ofertas dos vários operadores, sem qualquer perspetiva de redução das tarifas, pelo contrário.

Por isso, é bom que fique claro que nenhuma suposta compensação financeira à CML pela concessão dos transportes públicos de Lisboa a operadores privados protege Lisboa - os lisboetas, quem trabalha ou usufrui da cidade - dos custos sociais, ambientais e o impacto brutal na qualidade de vida que constitui uma política de privatização dos transportes públicos urbanos.

Assim, é fundamental que o governo da cidade de Lisboa tenha responsabilidades diretas na gestão dos transportes públicos de Lisboa.

Nesse sentido, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere:

- 1 - Instar a CML a negociar com o Governo a transformação da Metro-Carris numa empresa pública com participação mista do Estado e do município de Lisboa;
- 2 - Instar a CML a defender um modelo em que o operador de transporte da cidade realiza um contrato de gestão com o Estado e o município, onde devem definir-se as regras de financiamento da atividade de transporte, sendo que a CML deve transferir para o operador, trimestralmente, 10 por cento da receita de estacionamento;
- 3 - Instar a CML a defender uma política tarifária de redução generalizada dos preços dos transportes em cerca de 20 %; reintrodução do desconto, de 50 % nos passes para estudantes 4-18 e sub-23 e para idosos e o transporte gratuito para desempregados;
- 4 - Instar a CML a defender a recuperação de padrões de qualidade da oferta nos transportes públicos: reintrodução do serviço público de transporte em zonas da cidade prejudicadas na sua acessibilidade pela eliminação de mais de uma dezena de carreiras; reintrodução do serviço de seis carruagens na Linha Verde do Metro; a melhoria do serviço público de transporte da Carris em algumas zonas da cidade aos fins de semana, e a reintrodução da carreira 205 da Rede da Madrugada.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, Bloco de Esquerda, MPT e 5 Independentes), votos contra (PPD/PSD e CDS/PP) e abstenções (PCP, PEV, PAN e PNPN); *Pontos 2 a 4* - Rejeitados, com votos contra (PS, PPD/PSD, PCP, CDS/PP, PEV e MPT), votos a favor (Bloco de Esquerda e 5 Independentes) e abstenções (PAN e PNPN).]

- *Moção n.º 51/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Posto móvel para esterilizações e tratamentos

Considerando que:

- 1 - Em Portugal tem sido seguida, salvo honrosas exceções, uma política de erradicação de cães e gatos errantes que se baseia no abate anual de dezenas de milhares de animais que dão entrada nos canis/gatis e centros de recolha oficiais, no seguimento do abandono pelos donos ou que nascem já nas ruas;
- 2 - Este abate é eticamente condenável, porque retira aos animais aquilo que lhes é mais valioso - a vida -, e porque não é para os humanos a única forma de lidar com esta situação;
- 3 - O abate dos animais quando existem outras soluções cria na esfera das relações entre as pessoas e os seus animais o parêntesis da sua desvalorização como seres possuidores de interesses, necessidades e vida, banalizando a violência para com eles e para com outros seres humanos, colocando-nos como uma sociedade mais atrasada, que não consegue respeitar os animais com os quais decidimos partilhar as nossas vidas;

4 - A política de erradicação implementada não resolve os problemas de reprodução e abandono existentes, pois o abandono, a rapidez de reprodução de animais não esterilizados, em casa dos donos ou na rua, a venda impulsiva de animais e a falta de adoção superam as sucessivas mortes provocadas no conjunto dos animais errantes;

5 - A prática da esterilização para reduzir a sobrepopulação de cães e gatos é uma opção mais eficaz e economicamente menos dispendiosa face ao custo verificado com as recolhas, alimentação, eutanásia e incineração;

6 - Mantém-se a inexistência de campanhas de esterilização gratuita de animais pertencentes a famílias mais carenciadas, levadas a cabo pela autarquia, apesar da AML já ter anteriormente aprovado esta proposta;

7 - Existe a necessidade de envolver um maior número possível de famílias e de animais, reduzindo drasticamente dificuldades de deslocação até ao canil/gatil de Monsanto.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere:

- Que a Câmara Municipal de Lisboa crie um posto móvel para efetuar esterilizações e tratamentos de cães e gatos, com atendimento prioritário aos bairros onde possa existir um maior número de animais negligenciados/abandonados, trabalhando com as associações e grupos de proteção dos animais da cidade, hospitais e clínicas veterinárias e outras entidades da sociedade civil para o lançamento e manutenção desta estrutura.

(Aprovada por unanimidade.)

- Moção n.º 52/AML/2013 - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1 - O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

a - A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;

b - A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20 % e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;

c - O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. O Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2211 milhões de euros, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de «consolidação orçamental» como ataque rendimentos do trabalho;

d - Ao escolher exigir apenas 4 % da fatura do «ajustamento» aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.

2 - O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:

a - A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17,6 milhões de euros no quadro do IRS;

b - Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo;

c - A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da Administração Central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;

d - A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afetando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2013/ /11/26, delibera:

a) Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país;

b) Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento;

c) Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1.º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, PAN e 5 Independentes), votos contra (PPD/PSD e CDS/PP) e abstenções (MPT e PNPN).]

- *Moção n.º 53/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Pelo fim da violência contra as mulheres

Considerando que:

1 - A violência doméstica é a maior causa de morte por homicídio em Portugal, sendo que o número de mulheres assassinadas por violência doméstica tem aumentado nos últimos anos e no ano de 2012 registaram-se 37 homicídios;

2 - No primeiro semestre do presente ano, de acordo com o relatório intercalar do Observatório Mulheres Assassinadas, 20 mulheres foram assassinadas e 21 alvo de tentativa de homicídio;

3 - Muitos destes crimes ocorrem na sequência de denúncias sobre agressões anteriores, demonstrando uma fragilidade inaceitável no sistema de proteção das vítimas, com consequências trágicas;

4 - A Organização das Nações Unidas definiu o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e que esse dia foi assinalado em Lisboa com diversas iniciativas incluindo uma manifestação participada por várias organizações.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere:

- 1 - Condenar todas as formas de violência contra as mulheres;
- 2 - Instar a CML para criar um dispositivo de emergência, integrado e de atuação rápida, na deteção e prevenção de crimes de violência doméstica e de proteção das vítimas, que inclua atendimento de emergência e apoio psicológica, e abrigo imediatamente disponível.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Moção n.º 54/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Taxa Municipal de Direitos de Passagem deve ser paga pelas empresas e não pelos consumidores

Ao abrigo da Lei n.º 5/2004 (artigo 106.º, n.º 2), de 10 de fevereiro, os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Cabe às Assembleias Municipais autorizar, em cada ano, a cobrança da TMDP, a qual se traduz na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que fornecem os referidos serviços, sendo diretamente paga pelos clientes.

Apesar das empresas de telecomunicações eletrónicas apresentarem lucros significativos, nem sempre se tem verificado a transferência para os municípios da totalidade dos valores cobrados aos consumidores, não estando prevista na lei qualquer sanção para este incumprimento.

Pelo Sr. Provedor de Justiça chegou a ser solicitada a suspensão da TMDP, tendo em conta que esta repercute diretamente sobre os consumidores encargos que devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações.

Também a Associação Nacional de Municípios Portugueses refere em fevereiro último que a TMDP acaba por não propiciar aos municípios uma receita adequada à disponibilização por estes dos seus bens do domínio público ou privado, pelo que «é necessária uma alteração legislativa para resolver as questões complicadas que a mesma comporta».

Das alterações ao regime jurídico da TMDP reivindicadas pela ANMP constam, a «responsabilização das empresas pelo pagamento da TMDP», «disponibilizar aos municípios a listagem das empresas que estão sujeitas a TMDP» e «estabelecer-se um novo conjunto de contraordenações, seja pela não entrega do montante da TMDP, seja pelo não cumprimento das obrigações de comunicação e informação ...».

Assim, acompanhando as posições da ANMP, O Bloco de Esquerda propõe que Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2013/11/26, delibere:

- 1 - Manifestar oposição à cobrança da TMDP diretamente aos consumidores, sublinhando que estes encargos devem ser suportados pelas operadoras de telecomunicações;
- 2 - Solicitar à Assembleia da República a alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) para que, nomeadamente, a TMDP passe a ser paga diretamente pelas empresas e não pelos consumidores e sejam previstas sanções para as empresas que não efetuem o respetivo pagamento aos municípios;
- 3 - Remeter ao Governo, à Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, MPT, PAN, PNPV e 5 Independentes) e abstenções (CDS/PP).]

- *Moção n.º 55/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

Contra a destruição dos serviços públicos

O Governo pretende dismantlar as funções sociais e económicas do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa, continuando empenhado e apostado em promover a «racionalização» do setor empresarial do Estado e dos serviços públicos, através da sua destruição, para os entregar de forma escandalosa aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e internacionais.

É de conhecimento público que o Governo, quer por meio dos princípios contidos no Decreto-Lei n.º 133/2013 ou que enformam o recente «Guião para a reforma do Estado»,

mantém como intenção objetiva a concessão ou privatização de serviços públicos essenciais em áreas como a saúde, a escola pública, os transportes, os correios, a água ou a higiene urbana, entre outras.

Esta obsessão do Governo pela privatização destes importantes e estratégicos setores de atividade assumem uma gravidade de enormes proporções tanto para as populações e os trabalhadores em geral, como para os utentes desses serviços públicos, bem como para a própria economia nacional.

Considerando que quer a importância estratégica, quer a importância económica e social que estes setores e serviços em causa assumem e representam para o País, para as populações e para os utentes em particular.

Neste sentido, e na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», a Assembleia Municipal de Lisboa delibera:

- 1 - Manifestar o seu apoio e solidariedade a todas as iniciativas dos utentes que tenham como objetivo a justa defesa de serviços públicos de proximidade e a melhoria da qualidade da prestação desses serviços;
- 2 - Expressar, junto do Governo e dos seus órgãos setoriais de decisão, a sua preocupação e oposição a qualquer tentativa de alienação/concessão de serviços públicos;
- 3 - Dar conhecimento da presente deliberação à CML, ao Governo, aos Grupos Parlamentares e ao MUSP - Movimento dos Utentes de Serviços Públicos.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, PEV, PAN e 5 Independentes), votos contra (PPD/PSD e CDS/PP) e abstenções (MPT e PNPN).]

- Moção n.º 56/AML/2013 - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

19.ª Conferência das Partes (COP 19) - A urgência do combate às Alterações Climáticas

O fenómeno das alterações climáticas é global, e tende a agravar-se como todos podemos constatar pelas catástrofes naturais que têm vindo a ser cada vez mais frequentes e devastadoras, como o foi o caso mais recente do tufão que assolou o território das Filipinas. Foi um dos mais fortes de que há registo, vitimou cerca de 5209 pessoas, e deixou para trás um território completamente destruído. Outros fenómenos climáticos extremos como cheias e secas, também têm representado custos humanos e materiais elevados, em países com recursos financeiros escassos, enquanto a economia global continua a enfrentar uma crise de grandes proporções.

É cada vez mais urgente compreender como o Ambiente é estruturante, constituindo o palco principal onde a economia funciona e se desenvolve. Não é possível ultrapassar a atual crise num planeta cada vez mais depauperado, com a população em contínuo crescimento, quando a produção alimentar e as necessidades energéticas estão diretamente relacionadas com o clima, os solos, a água, e dependente desse delicado equilíbrio.

A 19.ª Conferência das Partes (COP 19) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas decorreu em Varsóvia de 11 a 23 de novembro, tendo definido, como objetivo, preparar uma nova tentativa de acordo global a alcançar na reunião que terá lugar em Paris, em 2015. A partir de um conjunto de decisões tomadas em 2011, na COP 17, em Durban, na África do Sul, os países presentes reafirmaram a sua vontade em ultrapassar o problema das alterações climáticas. Estas decisões foram reafirmadas no ano passado na COP 18, em Doha, Qatar. Contudo, estas resoluções ainda estão para passar à ação, pois as emissões globais de gases de efeito de estufa continuam a empurrar o mundo para um aumento de temperatura de 4 graus Celsius até ao final deste século, em relação aos níveis de temperatura pré-industrial.

Em Varsóvia, mais uma vez se verificou que a falta de vontade política permanece como o maior obstáculo ao processo de negociações no quadro da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. É cada vez mais urgente que cada país enfrente a realidade das alterações climáticas, que demonstre liderança e, acima de tudo, vontade política para com os restantes países tentarem mudar o rumo atual do clima global. Em 2015 será necessário um acordo climático global, realizando-se até lá apenas mais duas reuniões entre as partes, sendo que o tempo começa a ser escasso, com todo o caminho difícil a percorrer até 2015, para atingir uma meta de redução de 20 % das emissões na UE até 2020, em relação a 1990, meta praticamente atingida à custa da crise económica global e não de políticas ativas de mitigação.

Mais uma vez, Portugal ficou classificado em 6.º lugar (os três primeiros não foram atribuídos), no índice de performance climática dos países industrializados, quanto ao desempenho em relação às alterações climáticas, o que efetivamente está longe de ser o bom resultado que parece, pois pode indiciar à primeira vista que Portugal implementou com sucesso políticas e iniciativas de combate às alterações climáticas, nomeadamente medidas de redução das emissões de dióxido de carbono e a nível energético, o que não corresponde de facto a essa realidade.

Realizando uma leitura mais profunda, pode verificar-se que este resultado é fundamentalmente obtido à custa da inatividade produtiva oriunda da crise e não da implementação de políticas alternativas de combate às alterações climáticas, tanto a nível energético como a outros níveis, que conduzam a uma redução eficiente das emissões de gases com efeito de estufa.

A este resultado atribuído a Portugal pesa ainda «favoravelmente» a ponderação dada às energias renováveis, que considera a grande hídrica, e nomeadamente o Programa Nacional de Barragens, cujos impactos ambientais são enormes e no qual não foi feita uma correta e clara avaliação das suas implicações sobre as alterações climáticas. A leitura atenta dos resultados desta avaliação permite ainda verificar que, no que diz respeito à eficiência energética, que deveria ser um dos primeiros objetivos de investimento do país, os resultados deixam muito a desejar.

Não devemos, portanto, ficar satisfeitos com este resultado obtido por Portugal na referida avaliação, pois claramente se conclui que, fruto da gravidade da crise que o nosso país atravessa e da destruição total da produção nacional, as políticas nacionais tomadas ao nível energético estão longe de ir pelos caminhos que tragam mais e melhores resultados ambientais no quadro de um desenvolvimento sustentável do país.

Considerando que a crise ambiental global, da qual as alterações climáticas são um importante indicador, vem demonstrar que os modelos de produção e de consumo insustentáveis da sociedade devem ser alterados e que é urgente uma mudança de paradigma que garanta a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico;

Considerando que os problemas do clima mundial só poderão ser resolvidos globalmente, assentes em compromissos, e alicerçados na vontade política dos diferentes Estados, no alcance de um objetivo comum, o do combate às alterações climáticas;

Considerando que a conferência em Varsóvia surge imediatamente após a divulgação da primeira parte do 5.º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e que as previsões feitas por estudos portugueses, quanto aos impactos previstos para a região em que Portugal se insere (Mediterrâneo e Europa do Sul), e também presentes no referido relatório, apontam para que a subida do nível do mar é a principal preocupação para o nosso país;

Considerando que mais uma vez nos é apresentado um Orçamento de Estado que relega claramente as funções do Estado no que respeita à área do Ambiente, nomeadamente a obrigação da preservação e valorização do património ambiental, para um patamar de indignidade, tomando apenas como supremo interesse do país os interesses dos grandes grupos financeiros e económicos;

Considerando por fim que, a cidade de Lisboa, inserida na Área Metropolitana tem a sua cota parte de responsabilidade, no combate às alterações climáticas, nomeadamente através da promoção e incentivo ao uso do transporte público, implementação de medidas de aumento da eficiência energética, criação de espaços verdes, entre outras.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- 1 - Promova um plano local de ação para as alterações climáticas a nível municipal;
- 2 - Defenda, promova e incentive o uso de transporte público e coletivo em detrimento do transporte individual;
- 3 - Adote, em todos os edifícios municipais, medidas no sentido da redução de desperdícios, de poupança e de eficiência energética;
- 3 - Coopere com os restantes municípios da Área Metropolitana na aplicação de medidas conducentes ao combate às alterações climáticas, na adoção de campanhas de sensibilização, bem como para a necessidade de se adotar um plano regional de ação para as alterações climáticas a nível metropolitano;

Mais delibera a Assembleia Municipal de Lisboa:

- Dar conhecimento da presente deliberação à CML e aos restantes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 43/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Provedor dos Bairros Históricos

Durante o Mandato anterior foi criado um Grupo de Trabalho para análise da situação das condições de ruído, de salubridade e segurança nos bairros históricos, nomeadamente no Bairro Alto e Cais do Sodré, o qual produziu um Relatório que foi apresentado e aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa. Uma das conclusões desse Relatório apontava para a necessidade da criação de um Provedor dos Bairros históricos, tendo mesmo sido elaborada uma proposta para esse fim que infelizmente não chegou a ser votada.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 26 de novembro de 2013, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

- 1 - A criação da figura do Provedor dos Bairros Históricos com âmbito e as competências referidas no relatório da Comissão, aprovada em Câmara.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, MPT, PAN e PNP), votos contra (5 Independentes e 1 Deputado Municipal do PS) e abstenções (PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV).]

- *Recomendação n.º 44/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PPD/PSD:

Criação de um Gabinete de Apoio à Proteção dos Idosos Vítimas de Violência

O País tem-se dado conta de um aumento significativo de violência contra idosos a maioria das vezes no segredo da própria família.

Este fenómeno tem tido especial relevância na cidade de Lisboa, tendo as forças policiais registado um significativo aumento das queixas.

Os idosos são pessoas que pela sua fragilidade e incapacidade de resistência e denúncia são alvos fáceis de exploração e violência pelo que é dever da Câmara Municipal de Lisboa, autoridades policiais e das instituições da segurança social, unirem esforços no sentido de minimizar esta situação que é degradante e nos envergonha a todos.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 26 de novembro de 2013, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

- Criar um grupo de trabalho que envolva Representantes da Direção Municipal da Ação Social, da Polícia Municipal, da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e 2 Representantes desta Assembleia para a análise deste problema e a proposta de soluções para o combater.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 45/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Semáforos avariados em Lisboa

Considerando que:

Temos vindo a constatar a degradação progressiva dos semáforos, de forma generalizada por toda a cidade Lisboa, com luzes que não funcionam, gerando dúvidas a quem circula, quer peões, quer automobilistas;

As situações de perigo daí decorrentes, para o tráfego automóvel, mas com maior gravidade para os peões que ficam sem informação e correm um risco mais elevado;

A possibilidade de se verificarem acidentes donde decorram danos físicos para os cidadãos, podem ir até à morte.

1 - O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2013, delibere recomendar à Câmara Municipal que efetue as reparações com a celeridade que esta situação exige.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNPn e 5 Independentes) e votos contra (PS).]

- *Recomendação n.º 46/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

MUDE

O Museu da Moda e do Design integra a coleção Francisco Capelo, ocupa um espaço relevante e importante na Baixa de Lisboa, representando um esforço de vários executivos Municipais que levaram à aquisição da coleção e à sua instalação no edifício do antigo Banco Ultramarino. Este tem-se revelado uma atração cultural e turística fortíssima pela dinâmica que tem vindo a revelar, pelas múltiplas exposições temporárias que tem exibido e pela forte presença da sua direção a quem se deve grande parte do seu sucesso.

Um Museu desta natureza com a localização, o impacto e valor das peças que apresenta é estranho que não tenha receitas diretas através dos seus visitantes e ainda que não possua um Regulamento que defina claramente as formas como o mesmo deve atuar, evitando alguns conflitos que têm surgido, nomeadamente entre a Câmara a sua Direção e o Colecionador Francisco Capelo.

Temos tido oportunidade ao longo do Mandato anterior vincar esta necessidade e apelar à sua solução é isso que o PSD agora na Assembleia Municipal reforça.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 26 de novembro de 2013, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

1 - Que com a maior celeridade possível proceda à elaboração de um Regulamento para o MUDE e à criação de um sistema de bilhética de forma a proceder à cobrança de entradas aos seus visitantes.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, CDS/PP, MPT e PNPn), votos contra (Bloco de Esquerda e 5 Independentes) e abstenções (PS, PCP, PEV e PAN).]

- *Recomendação n.º 47/AML/2013* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

Instituição do Dia Municipal do Bombeiro

Os Bombeiros fazem um trabalho exemplar em prol do país e de todos os portugueses, arriscando a própria vida para salvarem pessoas e bens, muitas vezes trabalhando com parcas condições de trabalho.

Nesta evocação, não podemos deixar de referir os Bombeiros da Cidade de Lisboa, homens e mulheres que dedicam voluntariamente grande parte do seu tempo ao serviço da comunidade, estando sempre disponíveis para auxiliar e proteger a população.

Os Bombeiros assumem com coragem inúmeras tarefas humanitárias em prol dos cidadãos, desde o combate aos incêndios florestais, aos incêndios urbanos, o transporte de doentes, o socorro em acidentes, inundações e naufrágos, emissão de pareceres técnicos em matérias de prevenção e segurança, e sensibilização em estabelecimentos de ensino, entre outras. No combate aos incêndios florestais e urbanos, o desempenho dos Bombeiros portugueses tem sido fundamental para minimizar os riscos e salvar as populações.

Considerando que Lisboa passou há 25 anos - 25 de agosto de 1988 - por uma enorme catástrofe que destruiu uma das mais emblemáticas áreas comerciais da cidade, o incêndio do Chiado, que ainda hoje está na memória de muitos lisboetas, pelas consequências que teve, nomeadamente a morte de duas pessoas, entre elas o bombeiro Joaquim Catana Ramos; o facto de ter deixado sem alojamento e trabalho milhares de pessoas, e terem sido destruídos edifícios emblemáticos do comércio da cidade como os Armazéns do Chiado e Grandella, onde estiveram envolvidos cerca de 1680 bombeiros e todas as corporações de bombeiros da zona metropolitana de Lisboa.

Considerando que a instituição do Dia Municipal do Bombeiro por parte do Município de Lisboa será uma justa e mais do que merecida homenagem a todos os homens e mulheres que muito têm feito e certamente muito mais farão para contribuir para o bem-estar e segurança das populações, sendo também um reconhecimento público da coragem, dedicação e empenho que estes homens e mulheres colocam diariamente ao serviço de todos nós, ao serviço da proteção e da segurança de pessoas e bens.

Por todos estes motivos, os Bombeiros merecem o nosso reconhecimento, louvor, respeito e consideração, razão pela qual propomos a instituição deste dia, sendo uma data comemorativa e de homenagem ao Bombeiro.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- 1 - Institua o Dia Municipal do Bombeiro, a assinalar no dia 25 de agosto, em memória da catástrofe do incêndio do Chiado, como justa homenagem a todos os homens e mulheres, que se empenham diariamente na proteção das populações;
- 2 - Dar conhecimento da presente deliberação ao Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV, MPT, PNPn e 5 Independentes) e abstenções (PAN).]

- *Recomendação n.º 48/AML/2013* - Subscrita pelos Grupos Municipais do PS e MPT:

Para a preservação da Calçada à Portuguesa na cidade de Lisboa

Considerando:

1 - Que A Calçada à Portuguesa é um «ex-libris» da cidade de Lisboa, fator identitário da cidade e do seu povo tanto a nível nacional como internacional;

2 - Que se trata de um elemento decorativo, ambientalmente sustentável, que regula a temperatura e aumenta a permeabilidade do solo;

3 - Que se trata de um valioso elemento decorativo do espaço público alfacinha;

4 - Que a CML possui uma Escola de Calceteiros criada há 24 anos com o objetivo de preservar os conhecimentos da arte de calcetar à antiga portuguesa;

5 - Que a arte de calcetar «ao quadrado», o «desdobrar da pedra» e o «malhetar» são expressões que a Escola de Calceteiros recupera numa profissão genuinamente portuguesa e intimamente ligada ao nosso património cultural;

6 - As boas práticas ambientais desenvolvidas noutros locais, designadamente na Cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, onde em 2011 se tornou obrigatório o uso da pedra de calçada à portuguesa nas calçadas e vias pedonais;

7 - Que a cidade de Lisboa deve manter as suas tradições e artes.

O Grupo Municipal do Partido da Terra, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 26 de novembro de 2013, delibere:

1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que promova uma política de fiscalização mais eficaz no que respeita ao estacionamento automóvel, de forma a impedir a destruição deste valiosíssimo património urbanístico;

2 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que garanta a segurança dos transeuntes, designadamente dos idosos e dos cidadãos com mobilidade reduzida, através da implementação de técnicas de antiderrapagem na Calçada à Portuguesa;

3 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que nas obras que impliquem a remoção da calçada haja a preocupação em preservar este tipo de pavimento e que sejam introduzidas medidas de salvaguarda para os planos de calçada de valor artístico e patrimonial.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Pontos 1 e 2* - Aprovados por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV e MPT) e abstenções (PAN, PNPN e 5 Independentes); *Ponto 3* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV, MPT e PAN), votos contra (5 Independentes) e abstenções (PPD/PSD e PNPN).]

- *Deliberação n.º 90/AML/2013* (Proposta n.º 814/2013):

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, com efeitos a 24 de outubro, nos termos da proposta

No anterior mandato executivo, pela Deliberação n.º 10/AM/2010, a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal a delegar competências nas Juntas de Freguesia nas áreas previstas nas respetivas propostas.

A Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 245/CM/2010, aprovou a minuta dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia e respetivos montantes financeiros.

Em simultâneo, foi realizado e concretizado o trabalho de reorganização administrativa da cidade de Lisboa consubstanciada, primeiro por deliberações dos órgãos municipais e, posteriormente, pela Assembleia da República, dando origem à publicação da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, através da qual Lisboa passou a ter 24 novas freguesias com competências próprias.

Por força do referido diploma legal, as novas freguesias criadas por agregação ou por alteração dos limites territoriais iniciaram a sua existência jurídica na sequência das eleições gerais de 2013 para os órgãos das autarquias locais - i.e., após o dia 29 de setembro de 2013 -, sendo que os titulares dos novos órgãos assumem todos os direitos e deveres das freguesias objeto de agregação ou alteração. Contudo, a atribuição das novas competências às Juntas de Freguesia depende da afetação de recursos financeiros por parte do Estado, o que irá ocorrer a partir do ano de 2014, nos termos do artigo 17.º daquela Lei.

Assim, até 31 de dezembro de 2013, é fundamental assegurar que as Juntas de Freguesia continuem a exercer as competências que têm vindo a ser delegadas pelo Município.

Atentos os princípios gerais do direito administrativo, designadamente os da eficiência e da continuidade na prestação do serviço público, deverá assegurar-se que as freguesias de Lisboa continuam a prosseguir as competências, que anteriormente lhes tinham sido delegadas, até ao dia 31 de dezembro do corrente ano, sendo para o efeito dotadas pelo órgão delegante dos meios financeiros necessários, até ao final do ano em curso.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara, nos termos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, delibere:

1 - Submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize a Câmara a delegar competências nas Juntas de Freguesia, nas áreas anteriormente delegadas naquelas através da Deliberação n.º 245/CM/2010, com efeitos ao dia 24 de outubro de 2013, até ao dia 31 de dezembro de 2013;

2 - Aprovar, sob condição de aprovação da presente proposta pela Assembleia Municipal, a manutenção de todas as competências delegadas pelo Município nas Juntas de Freguesia pelo anterior Executivo, bem como a transferência dos respetivos montantes financeiros, no valor de 3 758 539,27 euros.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 91/AML/2013 (Proposta n.º 820/2013):

Aprovar o reenvio à Assembleia Municipal da Proposta n.º 656/2013 aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato

No mandato que cessou com a tomada de posse do novo executivo camarário, ocorrida no dia 24 de outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou submeter à Assembleia Municipal, entre outras, a seguinte proposta, a fim de ser, por esta, apreciada:

Proposta n.º 656/2013: Deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa) às entidades que beneficiem da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública e de publicidade, nos anos de 2013 e 2014, nos termos da proposta;

Sucedde, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no mandato transato e, atualmente, as competências para decisão das matérias em causa ou para revogação das deliberações anteriormente adotadas, estão cometidas ao novo executivo camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de as reenviar para que sejam apreciadas pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da Proposta n.º 656/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato.

(Aprovada por unanimidade.)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE VEREADORA MARIA JOÃO MENDES

20. 2013

Proposta nº 656/2013

A presente proposta visa submeter à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal a concessão de isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa) às entidades que beneficiem da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública e de publicidade, ao abrigo do n.º 5 do art. 9º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2010.

PELOURO: Finanças

SERVIÇO: DMF

Considerando que:

- 1 – O n.º 5 do art. 9º do RGTPORML prevê a isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública e de publicidade para as pessoas coletivas de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social, as associações empresariais, comerciais, associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas, legalmente constituídas, relativamente a atos e fatos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins, mediante a verificação de determinados requisitos;
- 2 – A supra referida norma regulamentar não abrange a isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa), aplicável a todos os licenciamentos da ocupação do espaço público e da publicidade, nem existe qualquer outra norma que afaste a incidência tributária relativamente a este tributo;
- 3 – A isenção prevista no n.º 5 do art. 9º fundamenta-se em finalidades de interesse público, na medida em que visa facilitar a concretização dos fins estatutários das instituições aí referidas, a qual deve ser extensível à taxa administrativa, ainda que limitada no tempo;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE VEREADORA MARIA JOÃO MENDES

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art. 64º e da alínea h) do n.º 2 do art. 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alínea c) do art. 10º, alínea d) do art. 11º e n.º 2 do art. 12º, todos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, a isenção do pagamento da taxa devida pelo pedido de licenciamento inicial (taxa administrativa) às entidades que beneficiem da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública e de publicidade, ao abrigo do n.º 5 do art. 9º do RGTPORML, nos anos de 2013 e 2014.

Lisboa, em 2 de junho de 2013.

A Vereadora,

(Maria João Mendes)

- Deliberação n.º 92/AML/2013 (Proposta n.º 820-A/2013):

Aprovar o reenvio à Assembleia Municipal da Proposta n.º 779/2013 aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato

No mandato que cessou com a tomada de posse do novo executivo camarário, ocorrida no dia 24 de outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou submeter à Assembleia Municipal, entre outras, a seguinte proposta, a fim de ser, por esta, apreciada:

Proposta n.º 779/2013: Aprovar as propostas contidas no Relatório Final e adjudicar o Concurso Público Internacional para Fornecimento de energia elétrica em MT - Média Tensão, BTE - Baixa Tensão Especial e BTN - Baixa Tensão Normal para o Município de Lisboa, Processo n.º 26/CPI/CCM/DP/2013, bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para assunção dos compromissos plurianuais, nos termos da proposta;

Sucede, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no mandato transato e, atualmente, as competências para decisão das matérias em causa ou para revogação das deliberações anteriormente adotadas, estão cometidas ao novo executivo camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de as reenviar para que sejam apreciadas pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal das propostas número 779/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV, MPT, PNPN e 5 Independentes) e abstenções (PAN).]



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete da Vereadora Maria João Mendes

PROPOSTA n.º 779 /2013

**Concurso Público Internacional para
Fornecimento de energia elétrica em MT – Média Tensão, BTE – Baixa Tensão
especial e BTN – Baixa Tensão Normal para o Município de Lisboa
Processo n.º 26/CPI/CCM/DP/2013**

Sumário: Aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final
Deliberação de adjudicação
Autorização da notificação da decisão de adjudicação
Submissão à Assembleia Municipal da autorização para assunção dos
compromissos plurianuais

Considerando que:

1. Pela Proposta n.º 119/2013, datada de 21/02/2013, aprovada por unanimidade, em Reunião de Câmara realizada no dia 27 de fevereiro de 2013, foi deliberado:
 - contratar a aquisição do serviço de "Fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o Município de Lisboa", por um período de doze meses, mediante um procedimento pré-contratual de concurso público com publicidade internacional, ao qual foi atribuído a denominação n.º 26/CPI/CCM/DP/2013;
 - aprovar as peças do procedimento;
 - designar os membros do Júri do procedimento;
 - delegar competências no Júri do procedimento;
 - autorizar a realização da despesa inerente ao contrato;
 - submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a repartição de encargos relativa à despesa;
2. Na Reunião da Assembleia Municipal n. 88, de nove de abril de 2013, foi aprovada a repartição de encargos inerente à despesa para a aquisição do serviço em apreço;

1/5



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete da Vereadora Maria João Mendes

3. O referido concurso público foi publicado em 24 de abril de 2013 no *Diário da República*, II Série, nº. 80, e em 26 de abril de 2013 no Jornal Oficial da União Europeia;
4. No dia 18 de junho de 2013, o Júri do procedimento procedeu à descriptação e abertura das propostas apresentadas para cada um dos três lotes que integram o procedimento (uma da GALP POWER, S.A. para cada um dos lotes 1 e 2, uma da IBERDROLA GENERATIAN, S:A:U para cada um dos lotes 1 e 2, uma da ENDESA ENERGIA para cada um dos lotes 1 e 2 e uma da EDP Comercial – Comercialização de Energia, S. A. para cada um dos lotes 1, 2 e 3);
5. No âmbito da análise das propostas, cumprida toda a tramitação legal, em 19 de julho de 2013, o júri do procedimento elaborou o relatório preliminar, nos termos previstos no artº 146º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), documento no qual consta a ordenação das propostas dos concorrentes;
6. Após término do período de audiência prévia aos interessados, realizada conforme estabelecido no artigo 147º. do CCP, o Júri do procedimento elaborou o Relatório Final, devidamente fundamentado, nos termos e para os efeitos do disposto no artº. 148º do CCP, no qual propôs a adjudicação:
 - a) da proposta do concorrente EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., no valor de 1.639.534,66€ (um milhão seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e trinta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de 377.093,05€ (trezentos e setenta e sete mil noventa e três euros e cinco cêntimos), por um período de 12 meses, **para o lote 1;**
 - b) da proposta do concorrente EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., no valor de 2.913.644,25€ (um milhão novecentos e treze mil seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de 670.138,18€ (seiscentos e setenta mil cento e trinta e oito euros e dezoito cêntimos), por um período de 12 meses, **para o lote 2;**
 - c) da proposta do concorrente EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., no valor de 1.270.207,32€ (um milhão duzentos e setenta mil duzentos e sete

2/5



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete da Vereadora Maria João Mendes

euros e trinta e dois cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de 292.147,68€ (duzentos e noventa e dois mil cento e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), por um período de 12 meses, para o lote 3,

Tenho a honra de propor que, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 36º e do artigo 38º, conjugado com o nº 1 do artigo 76º, todos do CCP e da alínea a) do nº 1 do artigo 16º do Regulamento do Orçamento da CML para o ano de 2013, atentas as disposições conjugadas das alíneas d) e q) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e da alínea b) do nº 1 do artigo 18º e artigo 22º, ambos do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aplicáveis por força da alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 168/2008, de 29 de janeiro, bem como do nº 4 do artigo 148º do CCP, a Câmara delibere:

- a) **Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final**, elaborado pelo Júri do Procedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;
 - b) **Adjudicar**, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, o **“Fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o Município de Lisboa”**, por um período de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, à empresa EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.:
1. **O Lote 1 (MT)**, pelo preço contratual de 1.639.534,66€ (um milhão seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e trinta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de 377.093,05€ (trezentos e setenta e sete mil noventa e três euros e cinco cêntimos), perfazendo o valor total de 2.016.628,04€ (dois milhões dezasseis mil seiscentos e vinte e oito euros e quatro cêntimos), que se enquadra e tem cabimento na classificação orçamental 04.04 / 02.02.25.02 do Orçamento em vigor e tem a seguinte estimativa de execução financeira, nos anos económicos de 2013 e 2014:

3/5



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete da Vereadora Maria João Mendes

- 2013 (2 meses e meio – de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2013):
420.130,84€ (com IVA incluído),
 - 2014 (9 meses e meio – de 01 de janeiro a 15 de outubro de 2014):
1.596.497,20€ (com IVA incluído),
2. **O Lote 2 (BTE)**, pelo preço contratual de 2.913.644,25€ (um milhão novecentos e treze mil seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de 670.138,18€ (seiscentos e setenta mil cento e trinta e oito euros e dezoito cêntimos), perfazendo o valor total de 3.583.782,43€ (três milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e oitenta e três euros e quarenta e três cêntimos), que se enquadra e tem cabimento na classificação orçamental 04.04 / 02.02.25.02 do Orçamento em vigor e tem a seguinte estimativa de execução financeira, nos anos económicos de 2013 e 2014:
- 2013 (2 meses e meio – de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2013):
746.621,34€ (com IVA incluído),
 - 2014 (9 meses e meio – de 01 de janeiro a 15 de outubro de 2014):
2.837.161,09€ (com IVA incluído),
3. **O Lote 3 (BTN)**, pelo preço contratual de 1.270.207,32€ (um milhão duzentos e setenta mil duzentos e sete euros e trinta e dois cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor de 23%, no montante de 292.147,68€ (duzentos e noventa e dois mil cento e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), perfazendo o valor total de 1.562.355,00€ (um milhão novecentos e quinze mil trezentos e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), que se enquadra e tem cabimento na classificação orçamental 04.04 / 02.02.25.02 do Orçamento em vigor e tem a seguinte estimativa de execução financeira, nos anos económicos de 2013 e 2014:
- 2013 (2 meses e meio – de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2013):
325.490,63€ (com IVA incluído),
 - 2014 (9 meses e meio – de 01 de janeiro a 15 de outubro de 2014):
1.236.864,37€ (com IVA incluído),



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete da Vereadora Maria João Mendes

- d) **Autorizar a realização das notificações da decisão de adjudicação**, nos termos e para os efeitos consagrados no art. 77º do CCP.
- e) **Submeter à Assembleia Municipal** a autorização da assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2013 e 2014, nos termos melhor explanados na alínea b) supra, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Paços do Concelho de Lisboa, em 26 de julho de 2013.

A Vereadora,

(Maria João Mendes)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

11-10-13
H
L
Gomes

Concurso público com publicidade internacional para: "Fornecimento de Energia Elétrica em MT - Média Tensão, BTE - Baixa Tensão Especial e BTN - Baixa Tensão Normal, para o Município de Lisboa" (Processo n.º 26/CPI/CCM/DP/2013).

ATA

RELATÓRIO FINAL

1. Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de Dois Mil e Treze, pelas dezassete horas e 10 minutos, reuniu na Divisão de Procedimentos, da Central de Compras Municipal, da Direcção Municipal de Finanças, da Câmara Municipal de Lisboa, sita no Campo Grande 25, 9.º A, nesta Cidade de Lisboa, o Júri do Procedimento designado por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, tomada na reunião de vinte de fevereiro de Dois Mil e Treze (Proposta n.º 119/2013), para conduzir o procedimento adjudicatório supra identificado, composto pelo Dr. Luís Marques, que presidiu, e pelos vogais Eng.º Eletrotécnico Albertino Moreira e Dra. Luísa Gomes, ---

1.A. A Dra. Luísa Gomes integrou o Júri, enquanto membro suplente do Eng.º Paulo Silva. ---

2. A reunião do Júri teve como objetivo verificar se os concorrentes, notificados do «Relatório Preliminar», datado de dezanove de julho do corrente ano, que faz parte integrante da presente ata, que se junta como Anexo I, apresentaram alguma observação ao abrigo do direito de audiência prévia, em cumprimento do disposto no artigo 148.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02/10, que o republicou, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07,
e artigo 18.º do programa do procedimento (adiante PP). -----

3. Consultada a plataforma eletrónica «Saphetygov», o Júri averiguou que, no prazo
de exercício do direito de audiência prévia, com o *dies a quo* a vinte e três de julho e o
dies ad quem às 17h00 do dia vinte e nove de julho do hodierno ano, não foi
apresentada qualquer observação. -----

4. Em consequência, o Júri deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no
artigo 148.º, n.º 3, do CCP, remeter o «Relatório Final», bem como os demais
documentos que compõem o processo do Concurso público com publicidade
internacional para: "Fornecimento de Energia Elétrica em MT - Média Tensão, BTE -
Baixa Tensão Especial e BTN - Baixa Tensão Normal, para o Município de Lisboa"
(Processo n.º 26/CPI/CCM/DP/2013), para o órgão competente para a decisão de
contratar, que é a Câmara Municipal de Lisboa, atento o teor do artigo terceiro do
programa do procedimento, para decidir sobre a aprovação de todas as propostas
nele contidas, de acordo com o estatuído no artigo 148.º, n.º 4 do CCP. -----

5. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, pelas 17h20, tendo
sido lavrada a presente acta que foi rubricada e assinada pelos membros do Júri de
Procedimento *ut retro* identificados. -----

O Júri do Procedimento

O Presidente

Dr. Luís Marques

O Vogal

Eng.º Eletrotécnico Albertino Moreira



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

O Vogal
Dra. Luísa Gomes

Luísa A. Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

DACM
Prop. n.º 779/2013

Concurso público com publicidade internacional para: "Fornecimento de Energia Eléctrica em MT - Média Tensão, BTE - Baixa Tensão Especial e BTN - Baixa Tensão Normal, para o Município de Lisboa" (Processo n.º 26/CPI/CCM/DP/2013).

ATA

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Aos dezanove dias do mês de julho do ano de Dois Mil e Treze, pelas nove horas, reuniu na Divisão de Procedimentos, da Central de Compras Municipal, da Direcção Municipal de Finanças, da Câmara Municipal de Lisboa, sita no Campo Grande 25, 9.º A, nesta Cidade de Lisboa, o Júri do Procedimento designado por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, tomada na reunião de vinte de fevereiro de Dois Mil e Treze (Proposta n.º 119/2013), para conduzir o procedimento adjudicatório supra identificado, composto pelo Dr. Luís Marques, que presidiu, e pelos vogais Eng.º Eletrotécnico Albertino Moreira e Dra. Paula Leitão.

1.A. A Dra. Paula Leitão integrou o Júri, enquanto membro suplente do Eng.º Paulo Silva.

2. A reunião do júri teve como objectivo a elaboração do Relatório Preliminar do procedimento supra referenciado, adiante Relatório, em cumprimento do disposto no artigo 146.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos (adiante, CCP), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28/03, e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02/10, que o republicou, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04 e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, no disposto no artigo 16.º do Programa do Procedimento (adiante PP).

Campo Grande 25, 9.º A - 1749-099 LISBOA ☎ - 21 798 81 83 email: dmf.ccm.dp@cm-lisboa.pt



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

3. Infra, previamente, procede-se à descrição sumária dos factos relevantes da tramitação do presente procedimento. _____

I - Decisão de contratar

4. O procedimento foi autorizado pela deliberação supra referida, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º, n.º 1 e 38.º, ambos do CCP. _____

II - Abertura das propostas

5. No dia dezoito de junho de 2013, pelas dez horas o Júri do Procedimento procedeu à descriptação e abertura das propostas apresentadas, após o que procedeu à disponibilização da lista de concorrentes e respectivas propostas na plataforma eletrónica «Saphetygov», utilizada pela entidade adjudicante, nos termos do artigo 138.º, n.º 1, do CCP, e do artigo 14.º do Programa do Procedimento, adiante PP. _____

6. O Júri do Procedimento verificou que foram recebidas quatro propostas, numeradas de acordo com a respectiva ordem de recepção, apresentadas pelos seguintes concorrentes: _____

Concorrentes	Data de entrega da proposta	Número de ordem
"EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A."	17/06/2013 16h08	1.º
"Endesa Energia, S.A."	17/06/2013 16h23	2.º
"IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U."	17/06/2013 17h24	3.º
"Galp Power, S.A."	17/06/2013 19h57	4.º

III - A análise das propostas

7. Para efeitos do disposto no artigo 146.º, n.º 1 do CCP, e do artigo 15.º do PP, o Júri procedeu à análise das propostas apresentadas. _____



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

8. O júri do Procedimento procedeu ao cumprimento do disposto no artigo 7.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho, e do artigo 9.º, n.º 4 do PP, tendo verificado que: _____

a) O concorrente n.º 1 - "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.", submeteu a sua proposta com a assinatura eletrónica legalmente exigida, nos termos do disposto no artigo 27.º, da Portaria n.º 701-G/2008, de 29/07, *ex vi* artigo 62.º, n.º 4 do CCP, cujos poderes foram comprovados por certificado digital. _____

b) O concorrente n.º 2 - "Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal", submeteu a documentação apresentada com a assinatura eletrónica legalmente exigida, nos termos do disposto no artigo 27.º, da Portaria n.º 701-G/2008, de 29/07, *ex vi* artigo 62.º, n.º 4 do CCP, cujos poderes foram comprovados por certificado digital. _____

c) O concorrente n.º 3 - "IBERDROLA GENERATION, S.A.U.", submeteu a documentação apresentada com a assinatura eletrónica legalmente exigida, nos termos do disposto no artigo 27.º, da Portaria n.º 701-G/2008, de 29/07, *ex vi* artigo 62.º, n.º 4 do CCP, cujos poderes foram comprovados por certificado digital. _____

d) O concorrente n.º 4 - Galp Power, S.A., submeteu a documentação apresentada com a assinatura eletrónica legalmente exigida, nos termos do disposto no artigo 27.º, da Portaria n.º 701-G/2008, de 29/07, *ex vi* artigo 62.º, n.º 4 do CCP, cujos poderes foram comprovados por certificado digital. _____

9. Nestes termos o júri do Procedimento deliberou, por unanimidade, propor à entidade competente para a decisão de contratar, nesta subfase do procedimento, a admissão das propostas apresentadas. _____

10. O júri do Procedimento procedeu ao cumprimento do disposto no artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25/07, e no artigo 19.º, n.º 4, *ex vi* artigo 10.º, ambos da Portaria n.º 701-G/2008, de 29/07, tendo verificado que todos os concorrentes



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

submeteram o formulário principal da proposta. _____

IV - Avaliação das propostas

11. Considerando que o presente procedimento compreende três lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles, nos termos do disposto no artigo 1.º, n.º 2 do PP: _____

a) O concorrente n.º 1 - EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A." apresentou proposta de preço para o Lote 1 no valor de 1.639.534,66€ (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro euros e seiscentos e seis centimos), para o Lote 2 no valor de 2.913.644,25€ (dois milhões, novecentos e treze mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco centimos), e para o Lote 3 no valor de 1.270.207,32€ (um milhão, duzentos e setenta mil, duzentos e sete euros e trinta e dois centimos). _____

b) O concorrente n.º 2 - "Endesa Energia, S.A." apresentou proposta de preço para o Lote 1 no valor de 1.650.395,09€ (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e cinco euros e nove centimos), e para o Lote 2 no valor de 2.947.496,99€ (dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis euros, e noventa e nove centimos). _____

c) O concorrente n.º 3 - "IBERDROLA GENERATION, S.A.U." apresentou proposta para o Lote 1 no valor de 1.714.809,98€ (um milhão, setecentos e catorze mil, oitocentos e nove euros, e noventa e oito centimos), e para o Lote 2 no valor de 3.040.029,84€ (três milhões, quarenta mil, vinte e nove euros, e oitenta e quatro centimos). _____

d) O concorrente n.º 4 - "Galp Power, S.A." apresentou proposta para o Lote 1 no valor de 1.823.418,66€ (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, quatrocentos e dezoito euros e sessenta e seis centimos), e para o Lote 2 no valor de 3.179.851,24€ (três



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um euros, e vinte e quatro cêntimos). -----

12. Posteriormente, procedeu-se à aplicação do critério de adjudicação do mais baixo preço estabelecido no artigo 20.º do PP. -----

13. Consequentemente, e face ao critério definido, as propostas ficam ordenadas, para efeitos de adjudicação dos Lotes, da seguinte forma: -----

Concorrentes	Lote	Valor da proposta	Percentagem inferior ao valor base	Classificação:
"EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A."	1	€1.639.534,66	12,85%	1.º
"Endesa Energia, S.A."		€1.650.395,09	12,27%	2.º
"IBERDROLA GENERATION, S.A.U."		€1.714.809,98	8,84%	3.º
"Galp Power, S.A."		€1.823.418,66	3,07%	4.º
"EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A."	2	€2.913.644,25	11,34%	1.º
"Endesa Energia, S.A."		€2.947.496,99	10,31%	2.º
"IBERDROLA GENERATION, S.A.U."		€3.040.029,84	7,50%	3.º
"Galp Power, S.A."		€3.179.851,24	3,24%	4.º
"EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A."	3	€1.270.207,32	15,41%	1.º

14. Os valores apresentados no quadro anterior não preenchem a estatuição do artigo 21.º, do PP, considerando que não atingem a percentagem aí referida. -----

15. Nestes termos, o Júri do Procedimento deliberou, por unanimidade, classificar em primeiro lugar na lista de ordenação das propostas relativas: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

a) Ao Lote 1, a proposta do concorrente n.º 1 - "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A." porquanto apresentou a proposta de preço mais baixo no montante de 1.639.534,66€ (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro euros e seiscentos e seis céntimos). -----

b) Ao Lote 2, a proposta do concorrente n.º 1 - "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A." porquanto apresentou a proposta de preço mais baixo no montante de 2.913.644,25€ (dois milhões, novecentos e treze mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco céntimos). -----

c) Ao Lote 3, a proposta do concorrente n.º 1 - "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A." porquanto apresentou a proposta de preço mais baixo no montante de 1.270.207,32€ (um milhão, duzentos e setenta mil, duzentos e sete euros e trinta e dois céntimos). -----

V - Audiência prévia

16. O Júri deliberou, por unanimidade, proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 123.º *ex vi* artigo 147.º, ambos do CCP, e do disposto no artigo 18.º, do PP, notificando-os do presente Relatório para, querendo, se pronunciarem por escrito, sobre o teor do mesmo, até às 17h00, do 5.º dia seguinte à data de envio deste, através da plataforma eletrónica «Saphetygov». -----

17. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, pelas 11h50, tendo sido lavrada a presente acta que foi rubricada e assinada pelos membros do Júri de Procedimento *ut retro* identificados. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

O Júri do Procedimento

O Presidente

Dr. Luís Marques

O Vogal

Eng.º Eletrotécnico Albertino Moreira

O Vogal

Dra. Paula Leitão

- Deliberação n.º 93/AML/2013 (Proposta n.º 822/2013):

Concurso Público com Publicidade Internacional, para «Aquisição de serviços de limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais»

Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2013

Sumário: Aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final; Deliberação de adjudicação; Autorização da notificação da decisão de adjudicação; Delegação de poderes no Senhor Presidente para aprovação das minutas dos contratos e a sua outorga; Submissão à Assembleia Municipal da autorização para assunção dos compromissos plurianuais.

Considerando que:

A - Pela Proposta n.º 247/2013, aprovada em reunião realizada no dia 27 de março, a Câmara Municipal deliberou:

- Contratar a aquisição de serviços de limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais, bem como dois bancos de horas, por um período máximo de 36 (trinta e seis) meses, mediante um procedimento pré-contratual de Concurso Público com Publicidade Internacional, composto por 12 (doze) Lotes, ao qual foi atribuído a Denominação n.º 31/CPI/CCM/DP/2013;
- Autorizar a realização da despesa inerente ao contrato;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Designar os membros do Júri do procedimento;
- Delegar competências no Júri do procedimento;
- Submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a repartição de encargos relativa à despesa.

B - Na Reunião da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013, foi aprovada a repartição de encargos inerente à despesa para a aquisição dos serviços em causa, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

C - O referido concurso público foi publicitado em 9 de maio de 2013 no «Diário da República», II Série, n.º 89 (Aviso n.º 2279/13) e em 11 de maio de 2013 no Jornal Oficial da União Europeia (2013/S 091-155307);

D - A tramitação do concurso público em apreço decorreu à luz do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tendo sido cumpridas todas as formalidades e demais disposições legais aplicáveis e que, em 27 de setembro de 2013, o Júri do procedimento elaborou o competente Relatório Final, devidamente fundamentado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148.º do CCP;

E - A aquisição dos serviços de limpeza tem a duração de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da outorga do contrato, e o encargo total da despesa com a adjudicação, nos 12 Lotes, é de 9 691 790,64 euros (nove milhões seiscentos e noventa e um mil setecentos e noventa euros e sessenta e quatro centimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, no montante de 2 229 111,85 euros (dois milhões duzentos e vinte e nove mil cento e onze euros e oitenta e cinco centimos), perfazendo o montante total de 11 920 902,49 euros (onze milhões novecentos e vinte mil novecentos e dois euros e quarenta e nove centimos);

F - A despesa referida no ponto anterior se enquadra e tem cabimento na Classificação Orçamental 04.04/02.02.02 do Orçamento em vigor e tem a estimativa de execução financeira, nos anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos seguintes termos:

Lote	Concorrente	Preço Contratual		C/IVA				
		S/IVA	C/IVA	Custo mensal	2013 (de 1 a 31 de dezembro)	2014 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro)	2015 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro)	2016 (de 1 de janeiro a 30 de novembro)
1	ISS Facility	688.327,56 €	846.642,90 €	23.517,86 €	23.517,86 €	282.214,30 €	282.214,30 €	258.696,44 €
2	Elitomar	1.492.500,36 €	1.835.775,44 €	50.993,76 €	50.993,76 €	611.925,15 €	611.925,15 €	560.931,39 €
3	Euromex	837.600,12 €	1.030.248,15 €	28.618,00 €	28.618,00 €	343.416,05 €	343.416,05 €	314.798,05 €
4	Euromex	824.400,36 €	1.014.012,44 €	28.167,01 €	28.167,01 €	338.004,15 €	338.004,15 €	309.837,14 €
5	Euromex	1.592.400,12 €	1.958.652,15 €	54.407,00 €	54.407,00 €	652.884,05 €	652.884,05 €	598.477,05 €
6	Elitomar	730.692,00 €	898.751,16 €	24.965,31 €	24.965,31 €	299.583,72 €	299.583,72 €	274.618,41 €
7	Elitomar	721.250,04 €	887.137,55 €	24.642,71 €	24.642,71 €	295.712,52 €	295.712,52 €	271.069,81 €
8	ISS Facility	652.348,44 €	802.388,58 €	22.288,57 €	22.288,57 €	267.462,86 €	267.462,86 €	245.174,29 €
9	ISS Facility	854.291,52 €	1.050.778,57 €	29.188,29 €	29.188,29 €	350.259,52 €	350.259,52 €	321.071,23 €
10	Euromex	1.212.000,12 €	1.490.760,15 €	41.410,00 €	41.410,00 €	496.920,05 €	496.920,05 €	455.510,05 €
11	Safira	21.630,00 €	26.604,90 €	739,03 €	739,03 €	8.868,30 €	8.868,30 €	8.129,28 €
12	Saniambiente	64.350,00 €	79.150,50 €	2.198,83 €	2.198,83 €	26.383,50 €	26.383,50 €	24.184,88 €
TOTAL		9.691.790,64 €	11.920.902,49 €	331.136,18 €	331.136,18 €	3.973.634,16 €	3.973.634,16 €	3.642.497,98 €

G - Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º do CCP, a decisão de contratar e de escolha do procedimento foram devidamente autorizadas;

H - A repartição de encargos foi previamente autorizada pela Assembleia Municipal, em cumprimento dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

I - O procedimento de concurso público decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis (artigos 130.º e seguintes do CCP);

J - Nos termos do artigo 25.º do Programa de Procedimento e do n.º 1 do artigo 88.º do CCP é exigível o pagamento de caução, exceto quanto ao Lote 11;

K - Em cumprimento do artigo 27.º do Programa do Procedimento e do artigo 94.º do CCP, os contratos a celebrar devem ser reduzidos a escrito;

L - A competência para deliberar em matéria de contratação de aquisição de serviços é da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º, todos do CCP e da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML, atentas as disposições conjugadas das alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicáveis por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;

M - Está subjacente à contratação no âmbito do presente concurso público a assunção de compromissos plurianuais, o que carece de autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

N - Por força do disposto nos artigos 98.º, n.º 1 e 106.º, n.º 1 do CCP, a competência para aprovação da minuta do contrato e para a representação na outorga do contrato é do órgão com competência para a decisão de contratar, «in casu» a Câmara Municipal, por força do preceituado no n.º 1 do artigo 36.º do CCP conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e com as alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

O - De acordo com a norma habilitante contida no artigo 109.º do CCP, as competências para aprovação da minuta do contrato e para sua outorga podem ser objeto de delegação.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1 - Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final, elaborado pelo Júri do Procedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;

2 - Adjudicar, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, os Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, para aquisição de serviços de limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais, nos seguintes termos:

2.1 - O Lote 1 à proposta do Concorrente n.º 11, «ISS Facility Services, Ltd.ª», pelo preço contratual de 688 327,56 euros (seiscentos e oitenta e oito mil trezentos e vinte e sete euros e cinquenta e seis centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 158 315,34 euros (cento e cinquenta e oito mil trezentos e quinze euros e trinta e quatro centavos) perfazendo o montante total de 846 642,90 euros (oitocentos e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e dois euros e noventa centavos);

2.2 - O Lote 2 à proposta do Concorrente n.º 6, «Elitomar - Serviços de Limpezas Domésticas e Industriais, Ltd.ª», pelo preço contratual de 1 492 500,36 euros (um milhão quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos euros e trinta e seis centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal

de 23%, no montante de 343 275,08 euros (trezentos e quarenta e três mil duzentos e setenta e cinco euros e oito centavos), perfazendo o montante total de 1 835 775,44 euros (um milhão oitocentos e trinta e cinco mil setecentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro centavos);

2.3 - O Lote 3 à proposta do Concorrente n.º 15, «Euromex - Facility Services, Ltd.ª», pelo preço contratual de 837 600,12 euros (oitocentos e trinta e sete mil seiscentos euros e doze centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 192 648,03 euros (cento e noventa e dois mil seiscentos e quarenta e oito euros e três centavos), perfazendo o montante total de 1 030 248,15 euros (um milhão, trinta mil, duzentos e quarenta e oito euros e quinze centavos);

2.4 - O Lote 4 à proposta do Concorrente n.º 15, «Euromex - Facility Services, Ltd.ª», pelo preço contratual de 824 400,36 euros (oitocentos e vinte e quatro mil quatrocentos euros e trinta e seis centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 189 612,08 euros (cento e oitenta e nove mil seiscentos e doze euros e oito centavos), perfazendo o montante total de 1 014 012,44 euros (um milhão, catorze mil e doze euros e quarenta e quatro centavos);

2.5 - O Lote 5 à proposta do Concorrente n.º 15, «Euromex - Facility Services, Ltd.ª», pelo preço contratual de 1 592 400,12 euros (um milhão quinhentos e noventa e dois mil quatrocentos euros e doze centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 366 252,03 euros (trezentos e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e dois euros e três centavos), perfazendo o montante total de 1 958 652,15 euros (um milhão novecentos e cinquenta e oito mil seiscentos e cinquenta e dois euros e quinze centavos);

2.6 - O Lote 6 à proposta do Concorrente n.º 6, «Elitomar - Serviços de Limpezas Domésticas e Industriais, Ltd.ª», pelo preço contratual de 730 692 euros (setecentos e trinta mil seiscentos e noventa e dois euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 168 059,16 euros (cento e sessenta e oito mil e cinquenta e nove euros e dezasseis centavos), perfazendo o montante total de 898 751,16 euros (oitocentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e um euros e dezasseis centavos);

2.7 - O Lote 7 à proposta do Concorrente n.º 6, «Elitomar - Serviços de Limpezas Domésticas e Industriais, Ltd.ª», pelo preço contratual de 721 250,04 euros (setecentos e vinte e um mil duzentos e cinquenta euros e quatro centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 165 887,51 euros (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e um centavos), perfazendo o montante total de 887 137,55 euros (oitocentos e oitenta e sete mil cento e trinta e sete euros e cinquenta e cinco centavos);

2.8 - O Lote 8 à proposta do Concorrente n.º 11, «ISS Facility Services, Ltd.ª», pelo preço contratual de 652 348,44 euros (seiscentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e oito euros e quarenta e quatro centavos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 150 040,14 euros (cento e cinquenta mil e quarenta euros e catorze centavos), perfazendo o montante total de 802 388,58 euros (oitocentos e dois mil trezentos e oitenta e oito euros e cinquenta e oito centavos);

2.9 - O *Lote 9* à proposta do Concorrente n.º 11, «ISS Facility Services, Ltd.^a», pelo preço contratual de 854 291,52 euros (oitocentos e cinquenta e quatro mil duzentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 1 964 87,05 euros (cento e noventa e seis mil quatrocentos e oitenta e sete euros e cinco cêntimos), perfazendo o montante total de 1 050 778,57 euros (um milhão cinquenta mil setecentos e setenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos);

2.10 - O *Lote 10* à proposta do Concorrente n.º 15, «Euromex - Facility Services, Ltd.^a», pelo preço contratual de 1 212 000,12 euros (um milhão duzentos e doze mil euros e doze cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 278 760,03 euros (duzentos e setenta e oito mil setecentos e sessenta euros e três cêntimos), perfazendo o montante total de 1 490 760,15 euros (um milhão quatrocentos e noventa mil setecentos e sessenta euros e quinze cêntimos);

2.11 - O *Lote 11* à proposta do Concorrente n.º 14, «Safira - Facility Services, S. A.», pelo preço contratual de 21 630 euros (vinte e um mil seiscentos e trinta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 4974,90 euros (quatro mil novecentos e setenta e quatro euros e noventa cêntimos), perfazendo o montante total de 26 604,90 euros (vinte e seis mil seiscentos e quatro euros e noventa cêntimos);

2.12 - O *Lote 12* à proposta do Concorrente n.º 5, «Sani-ambiente - Serviços Profissionais de Limpeza, Ltd.^a», pelo preço contratual de 64 350 euros (sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 14 800,50 euros (catorze mil e oitocentos euros e cinquenta cêntimos), perfazendo o montante total de 79 150,50 euros (setenta e nove mil cento e cinquenta euros e cinquenta cêntimos).

3 - Autorizar a realização das notificações da decisão de adjudicação, nos termos e para os efeitos consagrados no artigo 77.º do CCP;

4 - Delegar no Senhor Presidente a competência para aprovação das minutas dos contratos e a sua outorga, nos termos do artigo 109.º, n.º 1 do CCP e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo;

5 - Submeter à Assembleia Municipal a autorização da assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos melhor explanados no Considerando F e no n.º 2 supra, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PNPB e 5 Independentes) e abstenções (PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, MPT, PEV e PAN).]



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten notes and stamps: "822/2013" and other illegible markings.

Concurso público com publicidade internacional para: "Aquisição de serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais" - Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2013.

ATA

RELATÓRIO FINALÍSSIMO

1. Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Treze, reuniu na Divisão de Procedimentos, da Direcção Municipal de Finanças, da Câmara Municipal de Lisboa, sita no Campo Grande 25, 9.º A, nesta Cidade de Lisboa, o Júri do Procedimento designado por Deliberação tomada pela Câmara Municipal de Lisboa datada de 27 de março de 2013, sob proposta da Senhora Vereadora Dra. Maria João Mendes (*Proposta n.º 247/2013 de 27 de março de 2013*), para conduzir o procedimento adjudicatório supra identificado, composto por Mafalda Cayolla (CCM/DP) que presidiu; e pelas vogais Cristina Miguel (Técnica Superior - CCM/DGCC) e Maria da Conceição Marques (CCM/DGCC).

2. A reunião do Júri teve como objetivo a elaboração do Relatório Finalíssimo do procedimento supra referenciado, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (*adiante designado abreviadamente apenas por CCP*), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02/10, que o republicou, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04 e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, no disposto no artigo 16.º e 17.º do Programa do Procedimento (*adiante PP*).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

3. Importa proceder à descrição sumária dos factos relevantes da tramitação do presente procedimento. _____

I - Da Tramitação do Procedimento

Os factos relevantes do presente procedimento constam essencialmente de dois documentos, a saber : _____

a) do Relatório Preliminar, elaborado pelo Júri no dia 02/09/2013, inserido no mesmo dia na plataforma eletrónica "SaphetGov" ; _____

b) e do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, elaborado pelo júri no dia 20/09/2013, inserido no mesmo dia na plataforma eletrónica "SaphetGov", _____ documentos para os quais se remete e se dão aqui por integralmente reproduzidos. —

II - Das Duas Audiências Prévias

1. O Júri submeteu a audiência prévia o inicial relatório preliminar de 02/09/2013, tendo-se pronunciado vários concorrentes, conforme lista constante do quadro infra:

CONCORRENTE	DATA E HORA
Elitomar - Serviços de Limpeza Domésticas e Industriais, Lda.	04/09/2013 - 11:17:46
Skyclean - Multiservices, SA	06/09/2013 - 13:49:16
Ambiente e Jardim II - Multiservices, SA	06/09/2013 - 19:26:39
Euromex - Facility Services, Lda.	09/09/2013 - 12:27:33
Safira Facility Services, SA	09/09/2013 - 15:49:49
ISS Facility Services, Lda.	09/09/2013 - 20:05:53

2. Apesar de nenhuma daquelas pronúncias ter merecido acolhimento por parte do Júri, pelos motivos que constam devidamente explanados do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, no entanto, o Júri, por ter detetado, oficiosamente, um erro na ordenação das propostas no lote 12, deliberou sujeitar a segunda audiência prévia dos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

concorrentes o já mencionado relatório final, nos termos, aliás, do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, porquanto resultou alterada a ordenação dos concorrentes no lote em questão. _____

2. No âmbito da segunda audiência prévia pronunciaram-se os concorrentes que se identificam no quadro *infra* : _____

CONCORRENTE	DATA E HORA
Ambiente e Jardim II - Multiservices, SA	26/09/2013 - 17:27:12
ISS Facility Services, Lda.	27/09/2013 - 14:21:02

3. De acrescentar e salientar que no primeiro caso se trata de uma pronúncia, enquanto no segundo caso está em causa um recurso hierárquico deduzido ao abrigo do disposto no artigo 270.º do CCP, dirigido à entidade com competência para contratar que, no caso em apreço, é o Executivo Camarário. _____

III - Da Pronúncia Deduzida no Âmbito do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia e Da Proposta de Decisão do Júri

1. O Júri analisou as observações produzidas por aqueles dois concorrentes acerca do teor do relatório final sujeito a Audiência Prévia nos termos que abaixo se reproduzem : _____

Da Pronúncia deduzida pelo Concorrente Ambiente e Jardim II - Multiservices, SA: _____

Exmo. Júri do concurso,

A Ambiente & Jardim vem por este meio Reclamar a intenção de exclusão no Relatório Final com Audiência Prévia ao concurso in casu, o que o faz de acordo com os seguintes termos e demais fundamentos:

1º Na análise, o Júri do concurso seguiu pressupostos errados ao considerar que o número de trabalhadores indicado era em permanência no local durante o período máximo para cada horário fixado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

2º Em fase de esclarecimentos, o Júri do concurso mencionou em diversas respostas, que os concorrentes podiam "apresentar um número de trabalhadores igual, superior ou inferior conforme tiver por mais conveniente".

3º Na ausência do pedido de carga horária nas notas justificativas de preço exigidas em CE, não é possível o Júri do concurso, por exemplo, determinar qual a carga horária diária de 2 trabalhadores num período de 6 horas diárias.

4º Sendo que, neste caso, o máximo de carga horária possível seria de 12 horas diárias, pode no entendimento do concorrente, determinar que o horário diário de trabalho seja dividido entre 3 e 6 horas diárias por forma a dar cumprimento integral dos planos de limpeza, garantir a permanência de pelo menos um trabalhador durante esse período de trabalho, mas perfazendo apenas um total de 9 horas diárias.

5º No entanto, pelos planos de limpeza e os horários fixados serem vinculativos, seria apenas necessário um trabalhador em permanência no local num total de 6 horas diárias para cumprir com os requisitos do CE, mesmo que fosse insuficiente para desempenhar as tarefas exigidas pela experiência do concorrente.

6º Caso fosse já intenção do Município de Lisboa apurar o valor mínimo legal admissível no cumprimento integral de todos os requisitos legais, deveria então ter exigido a carga horária proposta por cada concorrente em CE e não apenas valores totais por local.

7º É imprudente para o Júri do concurso determinar que uma proposta apresenta um custo abaixo do valor legal sem que tenha fundamentos objectivos e concretos para suportar essa decisão.

8º O objecto deste concurso é a limpeza dos espaços do Município de Lisboa de acordo com os planos de limpeza definidos pelo Município. Tratando-se de interesses públicos, não é possível acatar a decisão de exclusão de propostas válidas que tenham valores globais abaixo do 1º classificado, quando o único e exclusivo critério de adjudicação é o mais baixo preço.

Não havendo motivos para exclusão com base nos fundamentos acima mencionados, ademais se requer ao Exmo. Júri do concurso que admita a nossa proposta, assim devendo ser reordenada a classificação das empresas concorrentes, por provados que se encontram os argumentos da presente reclamação, edificados em elementos de análise objectivos e concretos, assim se coadunando o presente concurso com o Princípio da Legalidade através da aplicação prática do Princípio da Boa Administração, de cariz primordial num Estado de Direito Democrático, em consonância com o Princípio da Igualdade na sua vertente distributiva, assim prosseguindo e garantindo a satisfação do Interesse Público.

Com os melhores cumprimentos,

A Administração

Em face do teor da pronúncia atrás transcrita, o Júri, por deliberação unânime, não adere àquela argumentação, porquanto os motivos pelos quais os concorrentes foram



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

chamados a uma segunda audiência prévia se prendem tão-somente com as alterações que entretanto foram introduzidas no âmbito do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, para o qual se remete e se dá aqui por integralmente reproduzido. —

De realçar que no âmbito daquele último Relatório o Júri não atendeu a nenhuma das seis pronúncias que haviam sido deduzidas, tendo fundamentado de facto e de direito os motivos subjacentes à sua decisão. —

Ora, o concorrente atrás identificado vem agora, novamente, em sede de segunda audiência prévia, alegar os mesmos motivos, o que não pode acontecer por se tratar de matéria já decidida no âmbito das competências atribuídas aos presentes elementos do júri. —

Obviamente que, por esse mesmo motivo, não pode e não deve o Júri, porque assim impossibilitado juridicamente, voltar a analisar matéria que já foi alvo de decisão anterior, sob pena de, se assim viesse a acontecer, se pudessem adiar sine die decisões de adjudicação nos procedimentos pré-contratuais. —

Efetivamente, o concorrente em questão não apresenta qualquer facto e/ou argumento novo face à pronúncia anterior apresentada em sede de audiência prévia ao Relatório Preliminar, pelo que o Júri, por unanimidade, reitera todo o vertido no Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, confirmando a sua anterior Deliberação. —

2. No que se refere ao Recurso Hierárquico deduzido pelo concorrente ISS Facility Services, Lda. por se tratar de matéria da competência do Executivo Camarário, não detém o presente Júri competência para proceder à sua apreciação, pelo que não o fará nesta sede, relegando o assunto para o órgão competente. —

IV - Da Remessa do Processo ao Órgão Competente para a Decisão de contratar

1. Para efeito do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do CCP, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a aprovação das propostas contidas no Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, nomeadamente para efeitos de adjudicação às propostas ordenadas



31/DP/CCM/DP/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

em primeiro lugar nos vários lotes postos a concurso, de acordo com o critério da proposta de mais baixo preço, como previsto no artigo do programa do procedimento.

2. Por fim, deliberou ainda o Júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do CCP, remeter o presente Relatório Finalíssimo, Relatório Final sujeito a Audiência Prévia e o Relatório Preliminar e demais documentos que compõem o Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2013 designado por "Aquisição de Serviços de Limpeza em Edifícios, Instalações e Eventos Municipais", ao órgão competente para a decisão de contratar, *in casu*, o Exmo.Executivo Camarário, para decidir o que nele é proposto.

V - Do Encerramento da Reunião

Cumpridas as demais formalidades e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, pelas quinze horas, tendo sido lavrada a presente ata que foi rubricada e assinada pelos membros do Júri do Procedimento *ut retro* identificados. —

O Júri do Procedimento,

A Presidente,

Mafalda Cayolla (CCM/DP)

A Vogal,

Cristina Miguel (Técnica Superior - CCM/DGCC)

A Vogal,

Maria da Conceição Marques (CCM/DGCC)

- Deliberação n.º 94/AML/2013 (Proposta n.º 823/2013):

Concurso Público com Publicidade Internacional, para «Aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para as instalações do Município de Lisboa»

Processo n.º 34/CPI/CCM/DP/2013

Sumário: Aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final; Deliberação de adjudicação; Autorização da notificação da decisão de adjudicação; Submissão à Assembleia Municipal da autorização para assunção dos compromissos plurianuais.

Considerando que:

1 - Através da Proposta n.º 356/2013, aprovada na reunião de 8 de maio de 2013, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou:

- Contratar a aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa, por um período de 36 (trinta e seis) meses, mediante um procedimento pré-contratual de Concurso Público com Publicidade Internacional, composto por 8 (oito) Lotes;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Designar os membros do Júri do procedimento;
- Delegar competências no Júri do procedimento;
- Delegar no Senhor Presidente da CML a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga;
- Autorizar a realização da despesa inerente ao contrato;
- Submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a repartição de encargos relativa à despesa;

2 - A Assembleia Municipal, na sua reunião de 28 de maio do corrente ano, aprovou a repartição de encargos inerente à despesa para a aquisição dos serviços em apreço;

3 - O referido concurso público foi publicitado em 2013/06/20 no «Diário da República», II Série, n.º 117 e em 2013/06/22 no Jornal Oficial da União Europeia;

4 - A tramitação do concurso público em apreço decorreu à luz do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, tendo sido cumpridas todas as formalidades e demais disposições legais aplicáveis;

5 - Em 2013/09/13, o Júri do procedimento elaborou o Relatório Final em anexo, devidamente fundamentado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148.º do CCP;

6 - O encargo total da despesa com a adjudicação dos serviços de vigilância humana e eletrónica em apreço, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com início previsto para o próximo dia 1 de dezembro e termo a 30 de novembro de 2016, é de 9 380 150,03 euros (nove milhões trezentos e oitenta mil cento e cinquenta euros e três centimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, no montante de 2 157 434,51 euros (dois milhões cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e um centimos), perfazendo o montante total de 11 537 584,54 euros (onze milhões quinhentos e trinta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e quatro centimos), o qual terá os seguintes reflexos financeiros:

Lotes	Valor s/IVA (1 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013)	Valor do IVA do ano 2013	Valor c/IVA (1 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013)
A	14.609,37 €	3.360,16 €	17.969,52 €
B	39.124,26 €	8.998,58 €	48.122,84 €
C	41.182,84 €	9.472,05 €	50.654,90 €
D	38.196,04 €	8.785,09 €	46.981,13 €
E	39.505,80 €	9.086,33 €	48.592,14 €
F	73.648,54 €	16.939,16 €	90.587,71 €
G	8.276,16 €	1.903,52 €	10.179,68 €
H	6.016,70 €	1.383,84 €	7.400,54 €
TOTAL	260.559,72 €	59.928,74 €	320.488,46 €

Lotes	Valor s/IVA (1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014)	Valor do IVA do ano 2014	Valor c/IVA (1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014)
A	175.312,44 €	40.321,86 €	215.634,30 €
B	469.491,12 €	107.982,96 €	577.474,08 €
C	494.194,13 €	113.664,65 €	607.858,78 €
D	458.352,48 €	105.421,07 €	563.773,55 €
E	474.069,64 €	109.036,02 €	583.105,66 €
F	883.782,52 €	203.269,98 €	1.087.052,50 €
G	99.313,95 €	22.842,21 €	122.156,16 €
H	72.200,40 €	16.606,09 €	88.806,49 €
TOTAL	3.126.716,68 €	719.144,84 €	3.845.861,51 €

Lotes	Valor s/IVA (1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015)	Valor do IVA do ano 2015	Valor c/IVA (1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015)
A	175.312,44 €	40.321,86 €	215.634,30 €
B	469.491,12 €	107.982,96 €	577.474,08 €
C	494.194,13 €	113.664,65 €	607.858,78 €
D	458.352,48 €	105.421,07 €	563.773,55 €
E	474.069,64 €	109.036,02 €	583.105,66 €
F	883.782,52 €	203.269,98 €	1.087.052,50 €
G	99.313,95 €	22.842,21 €	122.156,16 €
H	72.200,40 €	16.606,09 €	88.806,49 €
TOTAL	3.126.716,68 €	719.144,84 €	3.845.861,51 €

Lotes	Valor s/IVA (1 de janeiro de 2016 a 30 de novembro de 2016)	Valor do IVA do ano 2016	Valor c/IVA (1 de janeiro de 2016 a 30 de novembro de 2016)
A	160.703,07 €	36.961,71 €	197.664,77 €
B	430.366,86 €	98.984,38 €	529.351,24 €
C	453.011,29 €	104.192,60 €	557.203,88 €
D	420.156,44 €	96.635,98 €	516.792,42 €
E	434.563,84 €	99.949,68 €	534.513,52 €
F	810.133,98 €	186.330,81 €	996.464,79 €
G	91.037,79 €	20.938,69 €	111.976,48 €
H	66.183,70 €	15.222,25 €	81.405,95 €
TOTAL	2.866.156,95 €	659.216,10 €	3.525.373,05 €

7 - A despesa em causa se enquadra na Classificação Orçamental 02.02.18 do Orçamento em vigor e tem o Cabimento n.º 5313004427 para os Lotes A, B, C, D, E, F, G e H, com a estimativa de execução financeira nos anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos do considerando anterior;

8 - A competência para deliberar em matéria de contratação de aquisição de serviços é da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e no artigo 38.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º, todos do CCP, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML em vigor, atentas as disposições conjugadas das alíneas f) e dd) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicáveis por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;

9 - A adjudicação dos serviços em causa implica a assunção de compromissos plurianuais, o que, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e como tal carece de autorização prévia por parte da Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final, elaborado pelo Júri do Procedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;
- b) Adjudicar, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, os serviços de vigilância humana e eletrónica para as instalações do Município de Lisboa - Lotes A, B, C, D, E, F, G e H, nos seguintes termos:

b.1 - O Lote A à proposta do Concorrente n.º 2 - «Strong - Segurança S.A.», pelo preço contratual de 525 937,31 euros (quinhentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e sete euros e trinta e um centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 120 965,58 euros (cento e vinte mil novecentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e oito centimos), perfazendo o montante total de 646 902,89 euros (seiscentos e quarenta e seis mil novecentos e dois euros e oitenta e nove centimos);

b.2 - O Lote B à proposta do Concorrente n.º 5 - «Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 1 408 473,36 euros (um milhão quatrocentos e oito mil quatrocentos e setenta e três euros e trinta e seis centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 323 948,87 euros (trezentos e vinte e três mil novecentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete centimos), perfazendo o montante total de 1 732 422,23 euros (um milhão, setecentos e trinta e dois mil quatrocentos e vinte e dois euros e vinte e três centimos);

b.3 - O Lote C à proposta do Concorrente n.º 1 - «Prestibel - Empresa de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 1 482 582,39 euros (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e dois euros e trinta e nove centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 340 993,95 euros (trezentos e quarenta mil novecentos e noventa e três euros e noventa e cinco centimos), perfazendo o montante total de 1 823 576,34 euros (um milhão oitocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e seis euros e trinta e quatro centimos);

b.4 - O Lote D à proposta do Concorrente n.º 5 - «Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 1 375 057,44 euros (um milhão trezentos e setenta e cinco mil cinquenta e sete euros e quarenta e quatro centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 316 263,21 euros (trezentos e dezasseis mil duzentos e sessenta e três euros e vinte e um centimos), perfazendo o montante total de 1 691 320,65 euros (um milhão seiscentos e noventa e um mil trezentos e vinte euros e sessenta e cinco centimos);

b.5 - O Lote E à proposta do Concorrente n.º 5 - «Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 1 422 208,92 euros (um milhão quatrocentos e vinte e dois mil duzentos e oito euros e noventa e dois centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 327 108,05 euros (trezentos e vinte e sete mil cento e oito euros e cinco centimos), perfazendo o montante total de 1 749 316,97 euros (um milhão setecentos e quarenta e nove mil trezentos e dezasseis euros e noventa e sete centimos);

b.6 - O Lote F à proposta do Concorrente n.º 5 - «Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 2 651 347,56 euros (dois milhões seiscentos e cinquenta e um mil trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta e seis centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 609 809,94 euros (seiscentos e nove mil oitocentos e nove euros e noventa e quatro centimos), perfazendo o montante total de 3 261 157,50 euros (três milhões duzentos e sessenta e um mil cento e cinquenta e sete euros e cinquenta centimos);

b.7 - O Lote G à proposta do Concorrente n.º 1 - «Prestibel - Empresa de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 297 941,85 euros (duzentos e noventa e sete mil novecentos e quarenta e um euros e oitenta e cinco centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 68 526,63 euros (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e seis euros e sessenta e três centimos), perfazendo o montante total de 366 468,48 euros (trezentos e sessenta e seis mil quatrocentos e sessenta e oito euros e quarenta e oito centimos);

b.8 - O Lote H à proposta do Concorrente n.º 5 - «Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.», pelo preço contratual de 216 601,20 euros (duzentos e dezasseis mil seiscentos e um euros e vinte centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23 %, no montante de 49 818,28 euros (quarenta e nove mil oitocentos

e dezoito euros e vinte e oito cêntimos), perfazendo o montante total de 266 419,48 euros (duzentos e sessenta e seis mil quatrocentos e dezanove euros e quarenta e oito cêntimos);

- c) Autorizar a realização das notificações da decisão de adjudicação, nos termos e para os efeitos consagrados no artigo 77.º do CCP;
- d) Submeter à Assembleia Municipal a autorização da assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos melhor explanados no Considerando n.º 6 e na alínea b) supra, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PNPN e 5 Independentes), votos contra (PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (CDS/PP, MPT e PAN).]



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

823/2013

1

C3

RELATÓRIO FINAL

Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa - Processo n.º 34/CPI/CCM/DP/2013. -----

Aos treze dias do mês de setembro do ano de 2013, pelas dez horas, reuniu na Direção Municipal de Finanças, Central de Compras Municipal, Divisão de Procedimentos, o Júri do procedimento designado por Deliberação da Câmara Municipal de 08 de maio de 2013, que recaiu sob a Proposta n.º 356/2013, para conduzir o concurso público melhor identificado em epígrafe e constituído pela Dra. Paula Leitao, na qualidade de Presidente, em substituição, por Dina Maria da Silva Fonseca e Dra. Cristina Maria de Campos Miguel, na qualidade de vogais em substituição. -----

A reunião do Júri teve como objetivo a elaboração do Relatório Final do procedimento supra referenciado, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07. -----

Importa descrever os factos relevantes da tramitação do procedimento. -----

I.

TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Os factos relevantes da tramitação do procedimento constam do relatório preliminar do Júri, datado de 02 de setembro de 2013, inserido no mesmo dia na plataforma eletrónica «Saphetygov», para o qual se remete e que aqui se dá por integralmente reproduzido.---



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

II.

AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. O júri procedeu à **audiência prévia** dos concorrentes nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP e artigo 18.º Programa de Procedimento, notificando-os do relatório preliminar, para se pronunciarem por escrito, num prazo de cinco dias úteis, sobre o teor do mesmo, através da plataforma eletrónica "Saphetygov". -----

2. O júri verificou que no decurso do prazo de audiência prévia, com início em 03 de setembro de 2013 e termo no dia 09 de setembro de 2013, foram apresentadas pronúncias pelos seguintes concorrentes: -----

CONCORRENTES	DATA NA PLATAFORMA
N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A.	09/09/2013 16:56
N.º 2 - Strong - Segurança S.A.	09/09/2013 18:01

III.

ALEGAÇÕES E DECISÃO

A) Alegações do concorrente N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. -----

O concorrente n.º 7 Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. vem apresentar, em sede de audiência prévia, as alegações, que abaixo se transcrevem: -----

1. Esta concorrente não se conforma com a exclusão da sua proposta quanto aos Lotes A, B, C, D, E, F e G por não se verificarem quaisquer dos motivos de exclusão enunciados no Relatório Preliminar, conforme de seguida se demonstra.

I. Considerações Gerais

2. Para preenchimento das notas justificativas constantes do Anexo II que discriminavam o primeiro período de contrato, esta concorrente considerou um calendário médio com os seguintes termos: 365 dias, dos quais 10 feriados e os restantes 355 dias divididos equitativamente pelos sete dias semana.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

3

II. Lote A – Edifício A.28

3. Para este edifício prevê-se a execução de um serviço de vigilância:
 - a. Das 09H00 às 18H00 em todos os dias, durante 6 meses do ano;
 - b. Das 09H00 às 20H00 em todos os dias, durante 6 meses do ano;
4. Para cálculo do correspondente número total de horas de serviço foi utilizada a seguinte fórmula, com base no calendário médio supra enunciado:
 - a. 365 dias : 2 x 9 horas dia = 1.642,50 horas;
 - +
 - b. 365 dias : 2 x 11 horas dia= 2.007,50 horas
 - c. O que fez um total de 3.650,00 de serviço anuais.
5. Para cálculo do número de horas de serviço em dia feriado foi utilizada a seguinte fórmula, com base no calendário médio supra enunciado:
 - a. 10 feriados : 2 x 9 horas dia = 45 horas;
 - +
 - b. 10 feriados : 2 x 11 horas dia= 55 horas
 - c. O que fez um total de 100 horas de serviço anual em dia feriado.
6. Para cálculo do custo mensal de trabalho em feriado (rubrica f. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
 - a. Remuneração de € 641,93, conforme Nivel XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT;
 - b. Que corresponde, nos termos legais, a uma remuneração horária de € 3,70 [(641,93 : 12) : (52 x 40)];
 - c. Sendo o acréscimo de remuneração de trabalho em dia feriado de 50% nessa remuneração horária (€ 1,65);



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

- d. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $100 \text{ horas de feriado} \times € 1,85 : 12 \text{ meses} = € 15,42 \text{ de custo mensal de trabalho em feriado.}$
7. Na rubrica f. da Nota Justificativa para o Edifício A.28 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 15,42**, donde se conclui que não violou o Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu a remuneração de trabalho em feriado correspondente à remuneração da categoria em causa e respeitou os limites legais estabelecidos para esse tipo de trabalho;
8. Por seu lado, para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $€ 5,69 \times 3.650,00 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 216,34 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$
9. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício A.28 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 216,34**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;
10. Pelo exposto, fica comprovado que esta concorrente não violou:
- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação;
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempos de trabalho dos vigilantes;
11. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote A deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

5

12. Refira-se, a final, que a utilização de um calendário médio para cálculo dos custos da prestação de serviço em nada prejudica as conclusões atrás enunciadas, desde logo atendendo ao facto de a total duração da mesma (36 meses) assim o aconselhar.

13. Ademais, para além da margem incluída na rubrica I, dessa específica nota justificativa do Anexo II, e conforme se pode comprovar por nota justificativa de preço global para Lote A que a Charon também apresentou juntamente com a sua proposta, esta concorrente previu uma margem de atividade mensal de € 342,46 (anual de € 4.109,52) valor mais que suficiente para prever qualquer margem de erro ou fatores de correção resultantes da aplicação de tal calendário.

14. Pelo que a proposta para o Lote A, também considerada no seu global, respeita na íntegra quer o ordenamento jurídico aplicável à atividade objeto do contrato a celebrar quer os termos e condições desse mesmo contrato previstos no caderno de encargos, donde o contrato a executar nos termos da proposta da Charon assegura plenamente a viabilidade da prestação de serviços, quer legal quer contratualmente

III. Lote B - Edifício B.02

15. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:30H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

16. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 15,5 \text{ horas dia} = 3.930,35 \text{ horas em dias uteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de **6.604,65 horas**

17. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica I, da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

6

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 6.604,66 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 391,46$ de custo mensal com subsídio de alimentação

18. Na rubrica i, da Nota Justificativa para o Edifício B.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 391,73, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

19. Pelo exposto quanto a todo o Lote B, fica comprovado que esta concorrente não violou:

a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.

b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

20. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote B deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

IV. Lote C

a) Edifício C.03

21. Para este edifício prevê-se três postos de vigilância:

a. das 20:00H às 08:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

22. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} \times 3 \text{ postos} = 9.128,57 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} \times 3 \text{ postos} = 9.022,86 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

7
3
X
CS

c. O que perfaz o número total de 17.151,43 horas

23. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 17.151,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 1.016,58$ de custo mensal com subsídio de alimentação

24. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício C.03 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 1.017,27, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa:

b) Edifício C.04

25. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 20:00H às 08:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

26. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86$ horas em dias úteis;

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29$ horas em sábados, domingos e feriados;

c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

27. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

8

[Handwritten signature]

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86$ de custo mensal com subsídio de alimentação

28. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício C.04 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa,

ii. Edifício C.05

29. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 20:00H às 08:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

30. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$

c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

31. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

9

12
f
c

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86$ de custo mensal com subsídio de alimentação

32. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício C.05 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa:

33. Pelo exposto quanto a todo o Lote C, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

34. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote C deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

V. Lote D

a) Edifício D.02

35. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:00H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

36. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

37. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 0.731.43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} \times 8 \text{ horas} = € 398,98$ de custo mensal com subsídio de alimentação

38. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 399,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

b) Edifício D.03

39. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 17:00H às 09:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

40. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$

c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas

41. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

11

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98$ de custo mensal com subsídio de alimentação

42. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.03 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 398,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

c) Edifício D.04

43. Para este edifício prevê-se um posto de vigiância:

a. das 17:00H às 09:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

44. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$

c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas

45. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98$ de custo mensal com subsídio de alimentação

46. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.04 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 399,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Edifício D.05

47. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:00H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

48. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de **6.731,43 horas**

49. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

50. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.05 constante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de **€ 399,25**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa:

e) Edifício D.07

51. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:00H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

13

52. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes formulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas

53. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

54. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.07 constante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 399,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

55. Pelo exposto quanto a todo o Lote D, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes

56. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar - artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP - pelo que a proposta da Charon para o Lote D deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

14

VI. Lote E - Edifício E.02

57. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 20:00H às 08:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

58. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

59. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

60. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício E.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 338,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa:

61. Pelo exposto quanto a todo o Lote E, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

15

Handwritten marks: a large 'X' and the letters 'CS'.

- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

62. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote E deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

VII. Lote F

- a) Edifício F.01

63. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 07:00H TDU;
b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

64. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$
b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
c. O que perfaz o número total de **5.717,15 horas**

65. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCP;
b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

16

66. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício F.01 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa:

b) Edifício F.13

67. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 20:00H às 08:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

68. Para cálculo do número total de horas de serviço, a seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

69. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
$$€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 339,09 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$$

70. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício F.13 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa:

c) Edifício F.35



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

71. Para este edifício prevê-se:

- a. um posto de vigilância das 00:00H às 24:00H TDA;
- b. dois postos de vigilância das 09:30H às 19:30H de terça a domingo

72. Para cálculo do número total de horas em dia feriado, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. 10 feriados x 24 horas dia = 240 horas;
- b. $(10 \text{ feriados} - 7 \text{ dias da semana} \times 6 \text{ dias}) \times 10 \text{ horas dia} \times 2 \text{ postos} = 171,40 \text{ horas};$
- c. O que perfaz o número total de **411,40 horas**

73. Para cálculo do **custo mensal de trabalho em feriado** (rubrica f. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Remuneração de € 641,93, conforme Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Que corresponde, nos termos legais, a uma remuneração horária de € 3,70 $[(641,93 \times 2) : (52 \times 40)]$;
- c. Sendo o acréscimo de remuneração de trabalho em dia feriado de 50% dessa remuneração horária (€ 1,85);
- d. Pelo que, no caso concreto, teremos:

$$411,40 \text{ horas de feriado} \times € 1,85 : 12 \text{ meses} = € 63,42 \text{ de custo mensal de trabalho em feriado.}$$

74. Na rubrica f. da Nota Justificativa para o Edifício F.35 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 63,42, donde se conclui que não violou o Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu a remuneração de trabalho em feriado correspondente à remuneração da categoria em causa e respeitou os limites legais estabelecidos para esse tipo de trabalho;

75. Pelo exposto quanto a todo o Lote F, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes a remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

18

3
K
CS

- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

76. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote F deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

VIII. Lote G

- a) Edifício G.02

77. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
- b. das 09:00H às 20:00H aos sábados, domingos e feriados

78. Para cálculo do número total de horas de serviço e segundo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 11 \text{ horas dia} = 1.225,71 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 2.240,00 horas

79. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica I da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $€ 5,69 \times 2.240,00 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 132,77 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

80. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 132,77, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

b) Edifício G.03

81. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
- b. das 08:00H às 22:00H aos sábados, domingos e feriados

82. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 14 \text{ horas dia} = 1.560,00 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 2.574,29 horas

83. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 2.574,29 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 152,58 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

84. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.03 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 152,58, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente a categoria em causa;

c) Edifício G.04



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

20

21
S
C-8

85. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
- b. das 14:00H às 21:00H aos sábados;
- c. das 14:00H às 21:00H aos domingos;

86. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 1 \text{ dia}] \times 7 \text{ horas dia} = 355,00 \text{ horas em sábados};$
- c. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 1 \text{ dia}] \times 5 \text{ horas dia} = 253,57 \text{ horas em domingos};$
- d. O que perfaz o número total de **1.622,86 horas**

87. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Peio que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 1.622,86 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 96,19 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

88. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.04 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 96,19**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

c) Edifício G.05

89. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
- b. das 09:00H às 24:00H aos sábados;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

90. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 1 \text{ dia}] \times 15 \text{ horas dia} = 760,71 \text{ horas em sábados};$
- c. O que perfaz o número total de 1.775,00 horas

91. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. de nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 1.775,00 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 105,21 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

92. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.05 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 105,21, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

93. Pelo exposto quanto a todo o Lote G, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

94. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote G deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

95. Refira-se, também quanto a este Lote, que a utilização de um calendário médio para cálculo dos custos da prestação de serviço em nada prejudica as conclusões atrás enunciadas, desde logo atendendo ao facto de a total duração da mesma (36 meses) assim o aconselhar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

22

96. Ademais, para além da margem incluída na rubrica I dessa específica nota justificativa do Anexo II, e conforme se pode comprovar por nota justificativa de preço global para Lote A que a Charon também apresentou juntamente com a sua proposta, este concorrente previu uma margem de atividade mensal de € 198,10 (anual de € 2.333,20) valor mais que suficiente para prever qualquer margem de erro ou fatores de correção resultantes da aplicação de tal calendário.

97. Pelo que a proposta para o Lote G, também considerada no seu global, respeita na íntegra quer o ordenamento jurídico aplicável à atividade objeto do contrato a celebrar quer os termos e condições desse mesmo contrato previstos no caderno de encargos, donde o contrato a executar nos termos da proposta da Charon assegura plenamente a viabilidade da prestação de serviços, quer legal quer contratualmente

Em conclusão,

A proposta da Charon respeita quer as disposições legais e regulamentares aplicáveis quer os parâmetros, termos e condições do caderno de encargos, em cada um dos postos de vigilância que integram os Lotes e globalmente em cada um dos Lotes que a compõem.

Não existem, por esse motivo, quaisquer fundamentos legais para a sua exclusão quanto aos Lotes A, B, C, D, E, F e G.

Termos em que se requer a admissão e classificação da proposta da Charon aos Lotes A, B, C, D, E, F e G, tal como ao Lote H, com as devidas e legais consequências.

A1) Decisão do Júri sobre a pretensão do concorrente N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. -----

I. Nas Notas Justificativas do preço (linha u. dos Anexos II ao Programa de Procedimento) é pedido o "Preço total do primeiro período do serviço de Vigilância". Esse valor deverá ser multiplicado por 3 (três) aquando do preenchimento da última linha da Nota Justificativa do Preço ("Preço total dos três períodos do Serviço de Vigilância") de modo a obter-se o valor total para os 36 meses. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

2. O primeiro período do serviço de vigilância corresponde ao período de 1 de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014 (v. cláusula 3ª do Caderno de Encargos), o qual tem 365 dias assim repartidos: 252 dias úteis, 52 sábados, 51 domingos e 10 feriados. -----

3. Desta forma, os custos têm por base de cálculo o calendário civil e não um *calendário médio*, uma vez que a média desvirtua os valores pretendidos. -----

4. No caso do preenchimento das Notas Justificativas do Preço ter suscitado dúvidas, o concorrente poderia ter pedido esclarecimentos em devido tempo antes de submeter a sua proposta. -----

5. Procede-se, assim, à explicação do cálculo dos valores em causa: -----

5.1 Lote A -----

Edifício A.28 -----

Ponto 4.c da pronúncia -----

O total de horas é de $3651 (9h * 182 \text{ dias} = 1638 \text{ de } 1 \text{ Outubro a } 31 \text{ Março} + 11h * 183 \text{ dias} = 2013 \text{ de } 1 \text{ de Abril a } 30 \text{ de Setembro})$ e não de 3650. -----

Assim, para o período em causa, o custo mensal do trabalho em feriado é de $104h * 1,85:12 = 16,03€$ e não $15,42€$ (valor da proposta). -----

As 104h são calculadas da seguinte forma: $((9h * 3 \text{ feriados}) + (11h * 7 \text{ feriados})) = 104 \text{ horas}$ para os dias feriado. -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ * 3651h : 12 : 8 = 216,39€$ e não $216,33€$ (valor da proposta). -----

5.2 Lote B -----

Edifício B.02 -----

Ponto 16.c da pronúncia -----

Total de horas = $((15,5h * 252) + (24h * 113)) = 6618h$. -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ * 6618h : 12 : 8 = 392,25€$ e não $391,73€$ (valor da proposta). -----

5.3 Lote C -----

Edifício C.03 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Ponto 22.c da pronúncia -----
Total de horas= $(3 \times (12 \times 252) + 3 \times (24 \times 113)) = 17208h$ -----
O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 17208h : 12 : 8 = 1.019,93€$ e
não 1.017,27€ (valor da proposta).-----
Edifício C.04 -----
Ponto 26.c da pronúncia -----
Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----
O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não
339,09€ (valor da proposta).-----
Edifício C.5-----
Ponto 30.c da pronúncia -----
Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----
O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não
339,09€ (valor da proposta).-----

5.4 Lote D-----
Edifício D.02 -----
Ponto 36.c da pronúncia -----
Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----
O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não
399,25€ (valor da proposta).-----
Edifício D.03 -----
Ponto 40.c da pronúncia -----
Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----
O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não
399,25€ (valor da proposta).-----
Edifício D.04 -----
Ponto 44.c da pronúncia -----
Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

25
CS

O custo mensal com o subsidio de alimentação é de $5,69\text{€} * 6744\text{h} : 12 : 8 = 399,72\text{€}$ e não $399,25\text{€}$ (valor da proposta).-----

Edifício D.05 -----

Ponto 48.c da pronúncia reclamação-----

Total de horas= $((16*252)+(24*113))=6744\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsidio de alimentação é de $5,69\text{€} * 6744\text{h} : 12 : 8 = 399,72\text{€}$ e não $399,25\text{€}$ (valor da proposta).-----

Edifício D.07 -----

Ponto 52.c da pronúncia -----

Total de horas= $((16*252)+(24*113))=6744\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsidio de alimentação é de $5,69\text{€} * 6744\text{h} : 12 : 8 = 399,72\text{€}$ e não $399,25\text{€}$ (valor da proposta).-----

5.5 Lote E -----

Edifício E.02-----

Ponto 58.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12*252)+(24*113))=5736\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsidio de alimentação é de $5,69\text{€} * 5736\text{h} : 12 : 8 = 339,97\text{€}$ e não $339,09\text{€}$ (valor da proposta).-----

5.6 Lote F -----

Edifício F.01-----

Ponto 64.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12*252)+(24*113))=5736\text{h}$

O custo mensal com o subsidio de alimentação é de $5,69\text{€} * 5736\text{h} : 12 : 8 = 339,97\text{€}$ e não $339,09\text{€}$ (valor da proposta).-----

Edifício F.13-----

Ponto 68.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12*252)+(24*113))=5736\text{h}$ -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

26

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não 339,09€ (valor da proposta).-----

Edifício F.35-----

Ponto 72.c da pronúncia -----

Total de horas= $((24 \times 10) + 2 \times (10 \times 10)) = 440$ horas em feriado-----

O custo mensal do trabalho em feriado é de $440h \times 1,85 : 12 = 67,83€$ e não 63,42€ (valor da proposta).-----

5.7 Lote G-----

Edifício G.02 -----

Ponto 78.c da pronúncia -----

Total de horas= $((4 \times 252) + (11 \times 113)) = 2251h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 2251h : 12 : 8 = 133,42€$ e não 132,77€ (valor da proposta).-----

Edifício G.03 -----

Ponto 82.c da pronúncia -----

Total de horas= $((4 \times 252) + (14 \times 113)) = 2590h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 2590h : 12 : 8 = 153,51€$ e não 152,58€ (valor da proposta).-----

Edifício G.04 -----

Ponto 86.da pronúncia -----

Total de horas= $((4 \times 252) + (7 \times 52) + (5 \times 51)) = 1627h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 1627h : 12 : 8 = 96,43€$ e não 96,19€ (valor da proposta).-----

Edifício G.05 -----

Ponto 90.c da pronúncia -----

Total de horas= $((4 \times 252) + (15 \times 52)) = 1788h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 1788h : 12 : 8 = 105,97€$ e não 105,21€ (valor da proposta).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

6. Pelo supra exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, não acolher as razões alegadas pelo concorrente, e consequentemente, manter a proposta de decisão constante do Relatório Preliminar datado de 02 de setembro de 2013, de excluir a proposta do concorrente N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. aos lotes A, B, C, D, E, F, e G, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º, das alíneas b) e f) do n.º 2 do artigo 70.º, todos do CCP, e da alínea k) do n.º 2 do artigo 17.º do Programa de Procedimento. -----

B) Alegações do concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. -----

O concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. vem apresentar, em sede de audiência prévia, as alegações, que abaixo se transcrevem: -----

A - Escalonamento das Propostas

A requerente foi notificada do Relatório Preliminar relativas ao Procedimento identificado em epígrafe, nomeadamente no que se refere ao Lote E do referido procedimento.

O Júri, tendo em conta o relatório aludido, escalonou os concorrentes, em relação ao Lote E, da seguinte forma:

1. SECURITAS - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.;
2. STRONG Segurança S.A.

B - Princípio da Legalidade

Nos termos do art.º 266 da C.R.P., "a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, e os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade"



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

28

12
F
Cg

O princípio da legalidade concretiza-se em duas vertentes: a do princípio da prevalência que implica que os actos da Administração devem conformar-se com as leis, sob pena de ilegalidade e a do princípio da precedência da Lei que subsume a actuação da Administração com base ou mediante autorização da lei.

C -Princípio da Igualdade

O princípio da Igualdade, constitucionalmente consagrado e desenvolvido no art.º 5º, nº 1 do CPA, vincula a Administração a adoptar igual tratamento em relação às pessoas em geral, proíbe tratamento preferencial e tratar idênticamente situações não iguais.

Corolário deste princípio é o da auto vinculação da administração. Por seu turno associado ao princípio da imparcialidade, que implica que os seus poderes discricionários devam ser concretizados segundo os mesmos critérios, medidas e condições relativamente a todos os particulares em idêntica situação.

O princípio da igualdade, de que é corolário o princípio da livre e são concorrência, assume particular relevância na formação dos contratos administrativos no quadro do tratamento relativo aos concorrentes, em que o procedimento, sobretudo o do concurso, visa não só a publicidade e a transparência, como também a não discriminação.

D – Princípio da Imparcialidade

"O dever de imparcialidade significa para a Administração – parte interessada nos resultados da aplicação da norma – que ela:

- a) deve ponderar, nas suas opções, todos os interesses juridicamente protegidos envolvidos no caso concreto, mantendo-se equidistante em relação aos interesses particulares;*



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

b) e deve abster-se de os considerar em função de valores estranhos à sua função...” Mário Esteves de Oliveira, Pedro Costa Gonçalves, J. Pacheco de Amorim, ob. Cit. P.107 e ss..

E – A Comissão do Procedimento não apreciou as propostas dos diversos concorrentes em obediência aos princípios que lhe são legalmente impostos. Vejamos porquê.

O critério de adjudicação deve ser interpretado no sentido de que a proposta ganhadora deverá reflectir os meios necessários e suficientes à realização da prestação de serviços objecto do concurso.

Partindo deste requisito essencial, a proposta de preço mais baixo deve contemplar o cumprimento de todas as obrigações constante da legislação e regulamentação aplicável à actividade objecto da contratação.

Ora vejamos,

O Caderno de Encargos define como requisitos obrigatórios de funcionamento, para o **Edifício nº. E.07**:

- Um posto de vigilância das 20:00 às 08:00 TDU. No mês de Agosto um posto de vigilância 24 horas TDA.
- Um posto de vigilância 24 horas aos sábados, domingos e feriados.
- Ligação do Sistema de Detecção de Intrusão à central receptora de alarmes e respectiva monitorização.

Para a prestação dos serviços de vigilância solicitados no Caderno de Encargos, **são necessários, no mínimo, 3,40 vigilantes.**

Com efeito, **o período normal de trabalho diário é de 8 horas** (Cláusula 16ª n.º2 do CCT entre a AES e a STAD, aplicável aos serviços de portaria,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

30

Handwritten signature and initials

vigilância, limpeza, domésticas, actividades diversas e outros, publicado no BTE n.º 17 de 08/05/2011).

O **período normal de trabalho semanal é de 40 horas** (Cláusula 16ª n.º1 do CCT).

Os trabalhadores têm direito a um **período de férias de 22 dias úteis** (Cláusula 20ª do CCT).

A **carga horária mensal de um vigilante é de 173,33 horas:**
 $(40 \text{ horas} \times 52 \text{ semanas}) / 12 \text{ meses} = 173,33$

O **número de meses de trabalho por ano**, considerando um período semanal normal de trabalho de 5 dias e os 22 dias de férias, ascende a **10,98:**
 $((52 \text{ semanas} \times 5 \text{ dias}) - 22 \text{ dias}) / (52 \text{ semanas} \times 5 \text{ dias}) \times 12 \text{ meses} = 10,98 \text{ meses}$

Assim, a **carga horária anual (máxima)** de um vigilante é de **1.903,96 horas:**
 $173,33 \text{ (carga mensal)} \times 10,98 \text{ meses} = 1.903,96$

Ora, para o período em causa (um ano), a quantidade de horas a realizar para as operativas solicitadas no Caderno de Encargos para o edifício nº E.07 será de 6.480 horas. Se um trabalhador pode prestar serviço num máximo de 1.903,96 horas, o **número de trabalhadores necessários para executar os serviços objecto do presente procedimento é de 3,40** (6.480 horas / 1.903,96 horas).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

Postos de Vigilância	Horas Diurnas em Dias Não Feriados	Horas Nocturnas em Dias Não Feriados	Horas Diurnas em Dias Feriados	Horas Nocturnas em Dias Feriados	Total
1 vigilante 20H-08H TDU	756	2.268			3.024
1 vigilante 00H-24H TDA em Agosto	450	270	15	9	744
1 vigilante 00H-24H Sábados, Domingos e Feriados	1.545	927	150	90	2.712
Total de Horas / Ano					6.480
N.º de Horas/Ano por Vigilante					1.903,96
N.º de Vigilantes Necessários					3,40

Posto isto

Os encargos com o pessoal, incluem, pelo menos, as seguintes prestações:

- remunerações pecuniárias mínimas (Cláusula 22ª do CCT),
- subsídio de férias (Cláusula 31ª do CCT),
- subsídio de Natal (Cláusula 32ª do CCT),
- complemento de trabalho nocturno (Cláusula 24ª do CCT)
- complemento de trabalho em dia feriado (Cláusula 25ª do CCT)
- subsídio de alimentação (Cláusula 28ª do CCT)
- contribuições para a Segurança Social (artigos 46.º e 53.º do Código dos Regimes -- Contributivos do Sistema Previdencial da segurança Social),

A retribuição mínima mensal de um vigilante ascende a 641,93€ (cfr. Cláusulas 2ª n.º2 al. b), 22.ª e Tabela A do Anexo III do CCT).

Pelo que, considerando os 3,40 funcionários necessários, **o total das retribuições mínimas mensais ascende a 2.182,56€ (641,93€ x 3,40).**

O subsídio de férias compreende a retribuição base e demais prestações retributivas que sejam contrapartida do modo específico da execução do trabalho (cfr. Cláusula 31ª do CCT).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

32

Pelo que a provisão mensal do subsídio de férias equivale a 53,49€ (641,93€ / 12 meses).

Assim, **as provisões do subsídio de férias para os 3,40 trabalhadores totalizam 181,87€ (53,49 x 3,40).**

O subsídio de Natal é de montante igual a um mês de retribuição (cfr. Cláusula 32ª n.º1 do CCT).

Assim, a provisão mensal do subsídio de Natal também corresponde a 53,49€ (641,93€ / 12 meses).

Pelo que, **as provisões do subsídio de Natal para os 3,40 trabalhadores totalizam 181,87€ (53,49 x 3,40).**

O subsídio de alimentação é de 5,69€ por dia (cfr. Cláusulas 2ª n.º2 al. b), 28ª, Tabela B) alínea b) do Anexo III do CCT).

Considerando que o período normal de trabalho diário é de 8 horas (Cláusula 16ª n.º2 do CCT) o subsídio de alimentação diário foi fixado tendo em conta uma referência de 8 horas.

Assim, para se determinar o custo mensal do subsídio de refeição:

(Sub. Alimentação x n.º de horas de serviço) / 12 meses / 8 horas

$5,69€ \times 6.480 \text{ horas} / 12 / 8 = 384,1€$

O custo mensal com o subsídio de alimentação ascende, pois, a 384,1 €.

A prestação de trabalho nocturno confere direito a retribuição especial, que será igual a 25% do valor base hora de trabalho equivalente (Cláusula 24ª n.º2 do CCT).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

O valor hora do trabalho normal, considerando a retribuição mensal de 641,93€ é de 3,70€, atendendo à fórmula fixada no Cláusula 22ª n.º3 do CCT:

$$VH = (RM \times 12) / ((52 \times N))$$

$$VH = (641,93€ \times 12) / (52 \times 40)$$

$$VH = 3,70€$$

25% do valor base hora corresponde, pois, a 0,93€ (25% de 3,70€).

Ora, para as operativas deste edifício, o número total de horas serviço em horário nocturno a prestar ao longo de um ano é de 3.465 (segunda a sexta-feira, excluindo feriados), de 99 (dias feriados), o que perfaz o total de 3.564 horas.

Assim, o número mensal de horas nocturnas é de 297 (3564 horas / 12 meses).

Assim, **o custo mensal com o trabalho nocturno ascende a 322,2€:**

n.º de horas mensais x retribuição x 14 meses / 12 meses

297 x 0,93€ x 14 meses / 12 meses

322,2€

O trabalhador que presta trabalho normal em dia feriado em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia tem direito a acréscimo de 50 % da retribuição correspondente (artigo 269.º do Código do Trabalho).

O valor hora do trabalho normal é de 3,70€, como já referido.

Pelo que 50% desse valor equivale a 1,85€.

Ora, nos termos do Caderno de Encargos, o número total de horas serviço em dias feriados para este edifício é de 165 horas (serviço diurno) e 99 (serviço nocturno), o que perfaz 264 horas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

34

2
1
C-3

Assim, o número mensal de horas de trabalho feriado é de 22 (264 / 12 meses).

Pelo que, **o custo mensal com a retribuição do trabalho em dias feriado ascende a 47,5€:**

n.º de horas mensais x retribuição x 14 meses / 12 meses
 $22 \times 1,85\text{€} \times 14 / 12$
47,5€

A taxa contributiva global de 23,75 incide sobre a remuneração base, o subsídio de Natal, o subsídio de férias, a remuneração por trabalho nocturno, bem como todas as prestações que sejam atribuídas ao trabalhador, com carácter de regularidade, em dinheiro ou em espécie (artigos 46.º e 53.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social).

E também incidirá sobre o valor do subsídio de refeição se este for pago em dinheiro, e não em títulos de refeição, já que o seu valor (5,69€), excede o limite legal (Portaria n.º 1553-D/2008 de 31/12, artigo 2.º n.º3 2) al. B) do CIRS e artigo 46.º n.º2 al. I) do Código Contributivo). Por uma questão de simplificação, não vamos incluir nos nossos cálculos o valor da taxa contributiva referente ao subsídio de refeição.

Assim, as contribuições mínimas para a Segurança Social ascenderão aos seguintes valores:

Retribuição Mínima Mensal: 2.182,56€
Subsídio de Férias: 181,87€
Subsídio de Natal: 181,87€
Trabalho Nocturno: 322,2€
Trabalho em dia Feriado: 47,5€
 $(2.182,56\text{€} + 181,87\text{€} + 181,87\text{€} + 322,2\text{€} + 47,5\text{€}) \times 23,75\%$
693,0€



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

35

A proposta apresentada pela concorrente SECURITAS, para o edifício referido apresenta os seguintes considerandos:

Número de vigilantes necessários: 3,1

Custo mensal base: 2.351,60€

Trabalho nocturno mensal: 297,0€

Trabalho em feriado mensal: 37,0€

Encargos sociais: 637,8€

Subsídio de alimentação: 354,2€

Isto é,

A concorrente SECURITAS não cumpre com o número mínimo de vigilantes legalmente exigível (3,4), porquanto apresenta o valor de 3,1 vigilantes, violando assim as cláusulas 16ª e 20ª da Convenção Colectiva de Trabalho (adiante CCT) celebrada entre a AES e a FETESE e outras, republicada no Boletim de Trabalho e Emprego (adiante BTE), 1ª série, nº 7, de 22-02-2008, com a última actualização publicada no BTE, 1ª série, nº 8 de 28-02-2011.

O preço apresentado pela concorrente para a retribuição do trabalho nocturno (297,0€) viola o disposto no Nível XVI da alínea A) Tabela Salarial do Anexo II da CCT, concatenado com a cláusula 24º.

O preço apresentado pela concorrente para a retribuição do trabalho em feriado (37,0€) viola o disposto no Nível XVI da alínea A) Tabela Salarial do Anexo II da CCT, concatenado com as cláusulas 21º e 25º.

O preço apresentado pela concorrente para subsídio de alimentação (354,2€) viola o disposto na alínea B) Tabela Salarial do Anexo II da CCT, concatenado com a cláusula 28º.

O preço apresentado pela concorrente para encargos sociais (637,8€) é insuficiente para cobrir os custos mínimos legais.

Nestes termos, e tendo por base o determinado pelo disposto no artigo 17º, nº 2, alínea k) do Programa do Procedimento, no artigo 70º, nº 2, alíneas b) e f) ex vi artigo 146º, nº 2, alínea o), todos do CCP, vimos solicitar a **exclusão da proposta da concorrente SECURITAS, ao Lote E.**



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

36

[Handwritten signature]

Razões semelhantes foram invocadas pelo digníssimo Júri para, por unanimidade, propor à entidade competente para a decisão de contratar, a exclusão das propostas das empresas concorrentes, a seguir identificadas:

-COMANSEGUR:

- Lote B (B.02; B.11)
- Lote C (C.01, C.02, C.03, C.04, C.05, C.06)
- Lote D (D.01,D.02,D.03,D.04,D.05,D.06,D.07)
- Lote E (E.02, E.04, E.07, E.08,E.15)
- Lote F (F.01,F.07,F.09,F.10,F.13,F.15,F.21,F.27,F.35)

-CHARON:

- Lote A (A.28)
- Lote B (B.02)
- Lote C (C.03,C.04,C.05)
- Lote D (D.02, D.03,D.04,D.05,D.07)
- Lote E (E.02)
- Lote F (F.01,F.13,F.35)
- Lote G (G.02,G.03,G.04,G.05)

-EULEN:

- Lote B (B.02,B.11)
- Lote C (C.01,C.02,C.03,C.04,C.05,C.06)
- Lote E (E.02,E.04,E.05,E.07,E.08,E.15)
- Lote F (F.01,F.07,F.09,F.10,F.13,F.15,F.22,F.27,F.33,F.34,F.35,F.38)
- Lote G (G.02,G.03,G.04,G.05)
- Lote H (H.01)

A discricionariedade que é legalmente concedida à Administração não pode ocorrer em termos ilimitados, por ter como contraponto a vinculação à existência dos pressupostos de facto descritos na lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

"Assim, não é concebível o exercício da discricionariedade de modo a, arbitrariamente, sobrepor um fim objectivo a um fim legal, por a actividade administrativa dever pautar-se pela observância dos princípios jurídicos fundamentais, tais como os da proporcionalidade, da imparcialidade, da justiça e da coerência racional, por a actividade discricionária não dispensar a objectividade e a imparcialidade, certo que o fim concreto há-de coincidir com o fim previsto na lei, como é próprio do Estado de direito, em que é o legislador que define o interesse público que, por seu turno, condiciona e legitima a actividade administrativa." - Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 03-03-2004

Adjudicar os serviços objecto do presente concurso a empresas que não observem os requisitos legais, configura um acto administrativo ilegal, por violar claramente os Princípios da legalidade previsto no art.º 3º nº 1 do CPA, da Igualdade e Imparcialidade do acto administrativo de adjudicação, ao abrigo do preceituado nos artº 135, 136 e 167 do CPA.

Pelas razões que acima se deixaram expressas deve ser ordenada a exclusão da proposta apresentada pela concorrente SECURITAS ao Lote E e reordenado o escalonamento das propostas a concurso.

B1) Decisão do Júri sobre a pretensão do concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. -
Relativamente ao Edifício E.07: -----

1. Para o posto de vigilância das 20:00 às 08:00 TDU o número total de horas é de 3024 (12h*252du) a que corresponde 1,59 vigilantes (12h*252du/1904);-----
2. Para o posto de vigilância 24 horas aos sábados, domingos e feriados o número total de horas é de 2712 (24*113sdf) a que corresponde 1,42 vigilantes (24*113sdf/1904);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

3. Para o posto de vigilância no mês de agosto 24 horas todos os dias do mês o número total de horas é de 240 (12h*20du) a que corresponde 0,13 vigilantes (12h*20du/1904). Para efeitos de cálculo neste posto de vigilância consideram-se apenas as horas que faltam (das 08:00 às 20:00 para todos os dias úteis) - 12 horas - dado que já existem os postos de vigilância das 20:00 às 08:00 para todos os dias úteis e de 24 horas para os sábados, domingos e feriados.-----

4. Tal como referido no ponto 3 supra, para o posto de vigilância do mês de agosto há que considerar apenas o remanescente de horas relativamente aos outros postos de vigilância discriminados em 1) e 2) supra. Assim, os cálculos devem ser feitos de uma forma global relativamente aos requisitos obrigatórios de funcionamento e não de uma forma parcial, de modo a evitar-se a duplicação de recursos e consequentemente, a duplicação de custos.-----

5. Pelo exposto acima, o número total de vigilantes necessários para a instalação: Edifício n.º E.07-Escola EB1/JI é de 3,14 (1,59 + 1,42 + 0,13).-----

De igual forma os valores para o trabalho noturno mensal (295,42€), para o trabalho feriado mensal (37,00€) e para o subsídio de alimentação (354,20€) estão corretos.-----

6. Assim, o Júri deliberou, por unanimidade, não acolher as razões aduzidas quanto ao alegado incumprimento do número mínimo de vigilantes da proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A.-----

C) Mais deliberou o Júri, por unanimidade, manter e reiterar todas as deliberações vertidas no Relatório Preliminar.-----

IV.

REMESSA DO PROCESSO AO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE
CONTRATAR

1. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do CCP e artigo 20.º n.º 4 do Programa de Procedimento, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a aprovação das propostas contidas no Relatório Preliminar, nomeadamente, para efeitos de adjudicação às propostas ordenadas em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, o mais baixo preço, previsto no artigo 21.º do Programa de Procedimento, a saber:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

39

- LOTE A - Proposta do concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. -----
- LOTE B - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de
Segurança S.A.-----
- LOTE C - Proposta do concorrente N.º 1 - Prestibel - Empresa de Segurança S.A.
- LOTE D - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de
Segurança S.A.-----
- LOTE E - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de
Segurança S.A.-----
- LOTE F - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de
Segurança S.A.-----
- LOTE G - Proposta do concorrente N.º 1 - Prestibel - Empresa de Segurança S.A.
- LOTE H - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de
Segurança S.A.-----

2. Mais deliberou o Júri, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do CCP e artigo 20.º n.º 3 do Programa de Procedimento, remeter o presente Relatório Final, Relatório Preliminar e demais documentos que compõem o Processo n.º 34/CPI/CCM/DP/2013 "*Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa*", ao órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal, para decidir sobre o que neles é proposto.-----

3. Cumpridas todas as formalidades e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, tendo-se elaborado o presente relatório que depois de lido e achado conforme, vai ser assinado e rubricado por todos os elementos do Júri. -----

O Júri

Presidente

Paula Leitão



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Vogal

Dina Maria da Silva Fonseca

Vogal

Cristina Maria de Campos Miguel

- Deliberação n.º 95/AML/2013 (Proposta n.º 23/AM/2013):

Alteração da grelha de tempos do Período de Antes da Ordem do Dia

1 - O Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor prevê, no Anexo A, uma grelha de distribuição de tempos para o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) baseada no seguinte critério: 30 segundos por cada Deputado Municipal mais 10 minutos por cada Grupo Municipal (com arredondamento por excesso para a unidade (minuto)).

2 - Esta grelha de tempos, aplicada à composição da AML no mandato 2009-2013, totalizava 149 minutos, de acordo com a tabela seguinte:

	nº deputados	tempo (minutos)
PSD	41	31
PS	39	30
PCP	9	15
CDS	3	12
BE	4	12
MPT	2	11
PPM	2	11
PEV	1	11
Ind sem grupo	6	1
CML		15
total	107	149

3 - O tempo total da grelha do anexo A não respeita o artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo do qual «em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um Período de Antes da Ordem do Dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico».

4 - A grelha de tempos para o processo legislativo comum fixada pelo Regimento da Assembleia da República em vigor (Anexo I, grelha D) prevê uma base de 3 minutos por cada Grupo Parlamentar, dispondo o Governo de tempo igual ao do grupo parlamentar com maior representatividade. Estes critérios poderão servir de orientação para a modificação da grelha do PAOD da AML.

5 - Independentemente de uma alteração mais desenvolvida do Regimento, a ser submetida oportunamente à Assembleia Municipal pela Mesa, nos termos da alínea a) do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, já referida, importa desde já assegurar o cumprimento da lei na grelha de tempos do PAOD.

6 - Esta restrição do tempo de uso da palavra pelos Deputados Municipais no PAOD deverá, porém, ser contrabalançada com a introdução da possibilidade de um tempo expressamente dedicado a declarações políticas, a realizar logo após o expediente, segundo grelha de tempos e periodicidade a fixar pela Assembleia em sede de alteração do Regimento, visando valorizar o debate público das grandes questões da política municipal.

Assim, ouvida a Conferência de Representantes em 12 e 23 de novembro de 2013 e ao abrigo do artigo 52.º e das alíneas a) do n.º 1 do artigo 26.º e a) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo ainda em conta os resultados das eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013, proponho que a Assembleia Municipal delibere aprovar a seguinte grelha de tempos para o PAOD no mandato que agora se inicia:

	nº deputados	tempo (minutos) por GM	tempo adicional	tempo total
PS	37	3	7	10
PSD	16	3	5	8
PCP	6	3	3	6
BE	4	3	2	5
CDS	2	3	1	4
PEV	2	3	1	4
MPT	1	3	0	3
PAN	1	3	0	3
PJFPN	1	3	0	3
Ind sem grupo	5		3	3
CML				10
total	75	27	22	59

Esta grelha de tempos do PAOD não inclui:

- A intervenção do público,

- De acordo com o n.º 3 do artigo 44.º do Regimento, os tempos regimentais para uso da palavra pelos Deputados Municipais para efeitos de invocação do Regimento e interpelação à Mesa (artigo 50.º) ou reação contra ofensas à honra e consideração (artigo 54.º).

Por consenso na Conferência de Representantes, também não será contabilizado no limite de tempo de cada Grupo Municipal ou dos Deputados independentes sem grupo o tempo para pedidos de esclarecimento ao abrigo do artigo 53.º do Regimento e com os limites nele previstos (3m por cada intervenção do orador interrogante e do orador respondente, podendo este optar por responder em conjunto, no fim, a todos os pedidos, caso em que a sua intervenção não poderá exceder os 10m).

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, Bloco de Esquerda, PNPN e 5 Independentes), votos contra (PCP, PEV e MPT) e abstenções (CDS/PP e PAN).]

- *Deliberação n.º 96/AML/2013* (Proposta n.º 24/AM/2013):

Eleição do Representante da Assembleia Municipal, para integrar o «Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania», nos termos da proposta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do respetivo Regulamento, aprovado pela Deliberação n.º 3/AM/2009, de 20 de janeiro, com alteração aprovada pela Deliberação n.º 79/AM/2013, de 29 de maio e republicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1031, de 21 de novembro de 2013

Entidade	Representante da AML
Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania	- 1 Representante da AML

LISTA A

Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania

1 Representante da Assembleia Municipal	1 Representante do Grupo Municipal do PS: <ul style="list-style-type: none"> D.M. José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão
--	---

(Aprovada por escrutínio secreto - 43 votos a favor, 4 votos contra, 15 abstenções e 2 votos brancos.)

- *Deliberação n.º 97/AML/2013* (Proposta n.º 25/AM/2013):

Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017

1 - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de comissões «para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município».

2 - O Regimento em vigor prevê a possibilidade de serem constituídas Comissões Permanentes e Comissões Eventuais, por iniciativa do presidente, da Mesa ou de um Grupo Municipal (artigo 63.º do Regimento), devendo o elenco das Comissões Permanentes e suas áreas de acompanhamento ser fixados no início de cada mandato (artigo 63.º do Regimento, n.º 3).

3 - A Mesa apresentou em Conferência de Representantes de dia 12 de novembro uma primeira proposta de constituição de Comissões permanentes, sobre a qual recaíram propostas de alteração de vários grupos municipais. Foi igualmente dado conhecimento pela Mesa dos pelouros constituídos na Câmara Municipal para o atual mandato através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1030, de 14 de novembro.

4 - A Composição de cada Comissão deverá permitir o cumprimento das regras previstas no artigo 65.º do Regimento, bem como o princípio da proporcionalidade relativamente a todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal.

5 - O facto de algum Grupo Municipal não querer ou não poder indicar representantes não é impeditivo do funcionamento das Comissões, nos termos regimentais.

6 - Qualquer Deputado Municipal tem o direito de assistir e intervir nas Comissões de que não faça parte, sem direito a voto.

Assim, ouvida a Conferência de Representantes em 25 de novembro de 2013, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos regimentais correspondentes (artigos 63.º, 65.º e 67.º do Regimento), proponho que a Assembleia Municipal delibere aprovar:

a) A constituição de 8 Comissões Permanentes, com as seguintes designações e matérias abrangidas:

1.ª Comissão Permanente - Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos (Finanças, Património e Recursos Humanos)

2.ª Comissão Permanente - Comissão de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização (Economia, Turismo, Empreendedorismo, Inovação, Modernização Administrativa e Relações Externas)

3.ª Comissão Permanente - Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local (Urbanismo, Reabilitação Urbana, Espaço Público, Planeamento Estratégico, Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, Habitação, Desenvolvimento Local e Bairros Municipais)

4.ª Comissão Permanente - Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida (Ambiente, Estrutura Verde, Energia, Qualidade de Vida, Serviços Urbanos e Casa dos Animais)

5.ª Comissão Permanente - Comissão de Descentralização e Obras Municipais (Acompanhamento da Reforma Administrativa, Descentralização para as Freguesias, Unidades de Intervenção Territorial e Obras Municipais)

6.ª Comissão Permanente - Comissão de Direitos Sociais e Cidadania (Intervenção Social, Saúde, Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades e Relações com os Municípios)

7.ª Comissão Permanente - Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto (Cultura, Interculturalidade, Educação, Juventude e Desporto)

8.ª Comissão Permanente - Mobilidade e Segurança (Mobilidade e Transportes, Acessibilidade Pedonal, Segurança e Proteção Civil)

b) Que a composição das Comissões, em obediência às regras regimentais e ao princípio da representação proporcional, cumpra os seguintes critérios:

b1) Os Grupos Municipais com um só Deputado (MPT, PAN e PNPN) poderão integrar 3 Comissões cada, à sua escolha;

b2) Os Grupos Municipais com 2 Deputados (CDS e PEV) poderão integrar 3 Comissões por Deputado, num total de 6 designações por cada Grupo, à sua escolha;

b3) O BE e o PCP poderão integrar 2 Comissões por Deputado, num total de 8 designações a fazer pelo BE e 12 pelo PCP, à sua escolha;

b4) Os Deputados Independentes sem Grupo poderão integrar 2 Comissões por Deputado, num total de 8 designações, à sua escolha;

b5) O PSD e o PS poderão integrar todas as Comissões, indicando até 2 Comissões por Deputado;

b6) O número de Deputados a indicar pelo PS e pelo PSD para cada Comissão deverá ser o número mínimo que permita respeitar a proporcionalidade de cada um destes Grupos Municipais em cada Comissão, assegurando ao mesmo tempo que os Deputados indicados pelo PS e os Deputados Independentes sem grupo tenham a maioria dos assentos em todas as Comissões.

c) Os Grupos Municipais e os Deputados Independentes sem Grupo são convidados a indicar as Comissões em que pretendem estar representados até dia 28 de novembro de 2013;

d) A distribuição dos cargos de Presidentes e Secretários das 8 Comissões será feita em função da representação proporcional dos Grupos Municipais, podendo estes, no entanto, prescindir de algum ou alguns desses cargos em favor de outros Grupos Municipais, dando disso conhecimento à Mesa;

e) A posse das Comissões, ao abrigo do artigo 67.º do Regimento, deverá realizar-se no dia 3 de dezembro de 2013, dada a importância e urgência das matérias sobre as quais a Assembleia já está a ser chamada a deliberar.

(Aprovada por unanimidade.)

Publica-se às 5.ªs-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O Boletim Municipal está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O Boletim Municipal pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal